

TURISMO:

MAR, DUNAS E EXPLORAÇÃO

REVISTA MENSAL

RN / ECONÔMICO

ANO XXI - N: 217 - JANEIRO 90 - NCZ\$ 40.00

Aparecida Zondim

**EMPRESÁRIOS:
COM ESPERANÇA
EM COLLOR.**

419





escritórios



Um ambiente acolhedor, funcional e moderno é indispensável ao bom desempenho das pessoas que fazem o dia-a-dia saudável da sua Empresa.

Confira a nossa qualidade, conhecendo a nova loja FLORENSE, e ofereça ao seu habitat de trabalho aquele conforto que há tempos ele merece.

 **FLORENSE**

MÓVEIS DE ESCRITORIO

**Av. Prudente de Moraes, 623
fones: 221-3408 e 222-0930**

7
ANOS DE GARANTIA

Os empresários otimistas

Se depender da esperança dos empresários do Rio Grande do Norte, que se mostram otimistas quanto à mudança de rumo da economia do País, o presidente eleito Fernando Collor de Mello fará uma grande administração a partir do dia 15 de março, data em que toma posse na Presidência da República em substituição ao presidente José Sarney. Os empresários locais acham que a disposição de tomar medidas moralizadoras da economia brasileira fará com que o presidente Fernando Collor saia vitorioso nessa sua empreitada. Para o diretor administrativo da empresa São Cristóvão, Laumir Barreto, a primeira coisa que o novo governo deve fazer será reordenar a economia. Laumir aplaude, por exemplo, o fechamento de empresas estatais deficitárias e a contenção dos gastos do governo.

Além de Laumir, outros empresários também falam sobre as suas expectativas acerca do governo de Collor de Mello a partir do dia 15 de março, quando todas as esperanças dos brasileiros estarão depositadas no novo governo. E **RN/Econômico** não podia ficar de fora. A capa desta edição é com os empresários.



Uma outra reportagem que merece destaque nessa edição diz respeito à pesca predatória da lagosta na costa do Rio Grande do Norte. Segundo produto mais exportado pelo RN, a lagosta está desaparecendo rapidamente de nossa costa marítima por causa da estreiteza dos nossos empresários, que visam tão somente o lucro. Por sua parte o governo também contribui, uma vez que não dá condições materiais para que o Ibama fiscalize e reprima pesca predatória do crustáceo. Somente para se ter uma idéia da gravidade da omissão do governo, o Ibama conta, apenas, com nove equipes para fiscalizar 473 barcos de pesca no Estado, fora as mais de 150 embarcações que atuam ilegalmente na nossa costa. O resultado é que, mesmo proibida desde dezembro, a lagosta é o prato preferido dos turistas.

Mas ao invés de centrar a fiscalização, inoperante, no mar para evitar que a pesca seja feita, o Ibama se concentra muito mais em terra para evitar a atuação dos atravessadores por serem eles "os grandes incentivadores da pesca clandestina" da lagosta no Rio Grande do Norte. □

EXPEDIENTE	ÍNDICE	DESTAQUE
<p>RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.</p> <p>DIRETORES: Marcelo Fernandes de Oliveira, Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira. DIRETOR-RESPONSÁVEL: Fernando Fernandes de Oliveira — DRT 479; EDITOR GERAL: Edilson Braga — DRT 455; EDITOR-ASSISTENTE: Alberto Coutinho — DRT 448; DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira — DRT 240 e Francisco Canindé — DRT 588; CAPA: Marcelo Mariz/Garra; FOTOS DESSA EDIÇÃO: Arquivo, Ana Silva, Moraes Neto e Carlos Santos; FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho e Rihens A. Buarque de Souza; FOTOLITO: Tarcísio Antônio de Oliveira, Edmilson Martins de Araújo e Gilberto Gomes da Silva; COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: RN/Econômico Empresa Jornalística Ltda. RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos sócio-econômicos do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC 08.286.320/0001-61. Endereço: Rua São Tomé, 398 — Centro — Natal-RN — Fone: (084) 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço da assinatura anual: NCz\$ 400,00. Preço do exemplar atrasado: NCz\$ 40,00. Consulta ao arquivo-memória: NCz\$ 100,00.</p>	<p>EMPRESÁRIOS Com esperança em Collor 6</p> <p>PESCA Estão dizimando a lagosta 10</p> <p>PA-RURAL Uma pé no êxodo do homem 12</p> <p>CRÉDITO BTN inviabiliza projetos 13</p> <p>AGRICULTURA Sudene não garante inverno 14</p> <p>PESQUISA Micropropagação em estudo 15</p> <p>INFORMÁTICA Indústria reduz custos 16</p> <p>EXPORTAÇÃO Crescimento foi de 16,5% 17</p> <p>SUCCESSÃO Sair ou ficar, drama de GM 18</p> <p>POLÍTICA Ser ou não ser ministro 19</p> <p>RN/ENTREVISTA Melo não tem credibilidade 21</p> <p>CATADORES Um exército de famintos 30</p> <p>LIXO Usina não atende demanda 32</p> <p>CEPA Meta é fazer produzir mais 33</p> <p>INSTITUIÇÃO A LBA agora se diz séria 34</p> <p>AIDS Saída é orientar na escola 36</p> <p>CASCUDO Leitura plástica do mito 41</p> <p>EDUCAÇÃO O ensino em decomposição 42</p>	<p>Acada nova alta estação, eles chegam das mais diversas partes do País e do mundo. São os turistas em busca de sol, mar e ar puro. Com eles, também chega a exploração nos preços. Veja matéria Pág. 37.</p>
	<p>SEÇÕES</p> <p>Homens & Empresas 4</p> <p>Cultura 44</p>	

Emproturn omissa

A Emproturn anuncia que na alta estação Natal vai receber 400 mil turistas e não apresenta nenhum plano para atender esse contingente. Não se tem notícias de apresentações folclóricas, shows artísticos, uma feira norte-rio-grandense de qualquer coisa, guichês de recepções com distribuição de folders, enfim, não fez nada. Tudo está sob a responsabilidade da iniciativa privada. É melhor vender a Emproturn.

Volvo bate recorde

A VOLVO DO BRASIL vai encerrar o balanço de 1989 com o maior faturamento de sua história, além de bater o recorde nas exportações. Apesar dos problemas com o fornecimento de peças durante quase todo o ano, a Volvo montou cerca de 2 mil 300 caminhões e 750 ônibus, comercializados para o mercado interno. Foram exportados mais 1.750 caminhões e 150 ônibus.

Coca-Cola cresce

A Coca-Cola encerrou o ano de 1989 com 57,9% de participação do mercado nacional de refrigerantes, registrando um crescimento expressivo em relação aos 54,4% que detinha no ano anterior.

O desempenho da empresa no segmento cola, que corresponde a 52,5%



A Coca-Cola abocanhou cerca de 60% do mercado nacional de refrigerantes

do mercado total de refrigerantes, reflete também os resultados da política agressiva de marketing da empresa. A Coca-Cola detém 82,4% de participação, superando com ampla vantagem a concorrência que divide uma fatia de 17,6%.

Solis Eventos

A Solis Turismo parte para atuar também na área de eventos. De aniversário a congresso, a Solis tem pessoal especializado. O departamento é coordenado por Márcia Virginelli, especialista em Turismo e Hotelaria, formada pela Unicamp, de Campinas, São Paulo. Para o segundo semestre, anuncia a I Feira Nacional de Comidas, Frutas e Sucos Tropicais. A Solis Assessoria de Eventos funciona na rua João Pessoa, 267.

Ônibus elétrico

Falou-se muito que Natal iria ter linha de ônibus elétrico. Garibaldi, nas vésperas da eleição de prefeito, mandou buscar até um protótipo para fazer a onda. Até agora nada se sabe do projeto. Com a palavra Sérgio Dieb, da STU. Enquanto isso, Wilson Braga, prefeito de João Pessoa, fez opção por um projeto mais simples, e já conseguiu dinheiro, com a EBTU, para os estudos visando a implantação de um sistema de bondes elétricos.

Buracos no comércio

A Associação Comercial e Industrial de Mossoró encampou a luta pela operação "tapa-bura-

cos" nas estradas federais. A situação está crítica e o DNER não tem dinheiro para a recuperação. Segundo Camilo Barreto, chefe do 14º Distrito Rodoviário, seriam necessários 60 milhões de dólares para recuperar os 500 quilômetros das estradas pavimentadas que estão precisando de reparos com urgência. Este ano o DNER só recebeu 700 mil cruzados novos. Para 60 milhões de dólares...

Caterpillar distribui manual

A CATERPILAR DO BRASIL acaba de lançar a terceira edição do Manual de Sistematização e Mecanização de Solos. O estudo, que é destinado a agricultores, estudantes e profissionais de agricultura, apresenta modernas técnicas, equipamentos e imple-

mentos para distribuição do solo e controle de água para as áreas irrigadas. Foram feitas experiências em 33 hectares do Projeto Morada Nova, no Ceará.

Bancos na Prudente

Aos poucos estão chegando à avenida Prudente de Moraes. Primeiro foi a Caixa Econômica Federal, com a agência do Bom Preço e bem pertinho o setor de Habitação. Depois, o Banco do Brasil também no trecho entre a Alexandrino de Alencar e Nascimento de Castro. Recentemente, o Bamerindus instalou uma moderna agência. E vem mais por aí...

Grande Hotel

Depois que foi desativado como hotel, o prédio do Estado onde durante décadas funcionou o Grande Hotel seria destinado a uma pousada para estudantes em visita a Natal. Não deu certo. Falou-se que ali funcionaria repartições do Tribunal de Justiça. Até agora nada. Mas, o prédio está aberto e visitado.

Publicidade na moda

De Ricardo Rosado, da Faz Propaganda, explicando porque Natal tem muitas agências de publicidade: "Os jornalistas estão saindo das redações, para montar um negócio próprio. Com apenas três clientes pequenos, que gastam 30 mil cruzados novos por



Rosado: Os jornalistas estão saindo das redações

mês em publicidade, já se livra quase 20 mil de comissão. Qual o jornal que paga isso?"

Boticário tem mérito

O Boticário começa os anos 90 com todo gás. Depois de ser considerado modelo de empresa nacional dentro do sistema de franquias, a empresa, que tem sede em Curitiba, foi agraciada com a chancela de qualidade pela Associação Brasileira de Franchising-ABF, em recente solenidade no hotel Nacional, em São Paulo. O Lojista Anto-

nio Gentil, da Tony Modas, é quem representa o Boticário no RN e PB.

Máxima Propaganda

A Máxima Propaganda, dos publicitários Hildo de Oliveira e Marcos César, está substituindo os comerciais dos seus clientes, de 30" pelos de 15". A medida está sendo adotada em função dos altos custos da mídia em televisão. Com a substituição dos comerciais o anunciante terá um melhor aproveitamento da verba publicitária da ordem de 40%.



Gentil e o presidente do Boticário, Miguel Krisgner

Gansos e marrecos

Quem estiver pretendo, nesses tempos bichudos, diversificar seus negócios com a criação de patos, gansos e marrecos já tem um manual à sua disposição. É que a Editora Nobel acaba de lançar o livro "Patos, Gansos e Marrecos", de Dagoberto Pereira, com 66 páginas e NCz\$ 127,00.

O autor do livro esclarece que o trabalho não pretende ser um tratado sobre a matéria e se limita a transmitir os conhecimentos básicos necessários para alcançar uma boa produção, obtendo carne e ovos a um custo relativamente baixo.

Na edição especial de 20 anos, em novembro, a revista **RN/Econômico** saiu com um erro de numeração. Pela ordem numérica, a edição deveria ser 215 e não 214 como foi impresso. Portanto, pedimos desculpas ao nosso leitor pelo lamentável engano e agradecemos a compreensão.

Ibama fiscaliza uso da lenha

Agora no final do mês o IBAMA apreendeu 25 caminhões com carregamento de lenha, destinada às cerâmicas do Vale do Assu. Multa de mil e quinhentos cruzados novos por cada um. Bem que o IBAMA poderia também fiscalizar as padarias de Natal. A maioria utiliza lenha do mesmo jeito, que é retirada também sem autorização. □

Flaminio Oliveira



Zildamir: Há uma incerteza até sobre o presente



Gentil: A sociedade deve testemunhar

EMPRESÁRIOS

Com esperança em Collor

Os empresários do Rio Grande do Norte torcem para que o futuro governo acerte nas medidas econômicas que terá de tomar a partir de 15 de março. É o medo da recessão

Movidos por um sentimento de esperança no presidente eleito, que assumirá o poder no dia 15 de março, os empresários norte-rio-grandenses acreditam na visão moderna e jovial esboçada pelo governo de Fernando Collor de Mello. Seu programa de governo reacende um ânimo que esteve adormecido desde a falência de sucessivos planos de estabilização econômica implementados pelo governo Sarney. Empunhando a bandeira da moralização do país, através de medidas audaciosas como o enxugamento da máquina estatal, a redução do gigantismo do Estado, o resgate da dívida externa e o restabelecimento do crescimento econômico, Collor de Mello cria no povo brasileiro uma perspectiva de vida melhor.

É que depois de um jejum eleitoral de quase 30 anos, o povo brasileiro reconquistou o direito de escolher, legitimamente, o dirigente da nação. Incrédulo e desolado, do

atual governo ele já não alimenta boas esperanças e Sarney deixará o Palácio do Planalto com um saldo bastante negativo, principalmente no aspecto moral, já que o seu governo se viu envolvido em escândalos que vão desde a malversação de verbas até casos rumorosos de negociações com poderosos grupos econômicos.

Ávidos por mudanças sociais, os brasileiros esperam que Collor consiga realmente debelar a inflação, promover o desenvolvimento do país, aumentar o poder aquisitivo das camadas mais carentes, restaurar a paz social e resgatar a dívida da Nação para com o Nordeste, onde existe grande parte das riquezas do país. A grande incógnita desse emaranhado de incertezas é quanto à economia do país, atualmente em constante ebulição. As medidas de ajustes iniciais deverão causar grande impacto na economia e terão que ser bem definidas para que não expe-

rimentem o mesmo fracasso de um governo que tinha como lema "Tudo pelo social".

GARROTEADA — Na opinião do empresário Zildamir Soares de Maria, o país precisa sair do regime pseudo-capitalista, desatrelando a economia da tutela do governo. "A economia vem sendo garroteada há muitos anos pelo Estado", julga Zildamir, revelando que a lei da oferta e da procura, que rege a economia, não tem prevalecido. Segundo ele, enquanto o certo era se promover o consumo interno, as indústrias nacionais estão reduzindo a produção para se salvaguardarem das intempéries. "Há uma incerteza até sobre o presente, imagine quanto ao futuro", desabafou.

Em meio à desorganização da economia, a especulação dita as normas e os empresários vão se programando em função de uma inflação de expectativa. Para Zildamir a menta-

lidade empresarial do brasileiro é muito boa, porém o governo inibe e degenera o seu desempenho. Ele lembra a queda do marxismo no Leste Europeu, cujos países estão adotando o estímulo ao consumo interno para se desenvolverem. Defensor da privatização de empresas nacionais, ele critica a postura do governo que tem ojeriza ao capital estrangeiro.

Já o empresário Antônio Gentil, que faz questão de ser visto como um pequeno lojista, acha que o próximo governo deverá fazer uma arrumação na casa para ganhar credibilidade. Ele defende a diminuição do tamanho do Estado como meta prioritária. "O Estado não pode ser tão grande e rico com uma sociedade tão pobre", advoga. Gentil acredita que tal diminuição poderia ser feita a partir da redução do número de ministérios e da própria diminuição do gerenciamento de setores essenciais para economia, como os da hotelaria e tecelagem.

Quanto à dívida externa, o lojista acha que deve ser paga de acordo com o poder de pagamento do povo brasileiro, havendo transparência nessa negociação. "A sociedade deve testemunhar essa negociação", condiciona. Ele garante que o governo tem que administrar melhor, porque o pequeno e médio lojista, empresário e produtor já vêm fazendo a sua parte e deram sua cota de sacrifício. Segundo entende, a melhor forma do atual governo estabelecer um certo equilíbrio até entregar o cargo no dia 15 de março ao presidente eleito é adotar a orientação do ex-presidente Tancredo Neves: contenção de gastos.

Numa visão bem otimista em relação ao próximo governo, o jovem empresário Marcantoni Gadelha, 25 anos, acredita num compromisso maior do presidente eleito com as camadas mais pobres da população. Até Fernando Collor assumir, Gadelha não descarta a tendência da subida inflacionária, vez que escolhido o presidente os ânimos se acalmaram. "O mercado vai estar menos consumidor e haverá uma estabilização natural dos preços", presume. Assim como os seus colegas, Marcantoni defende a redução do gigantismo do Estado, a partir da extinção de alguns ministérios.

LEVAR VANTAGEM — "Não acredito que o governo Sarney possa fazer nada para nos devolver a esta-

bilidade e controlar o surto inflacionário", lamenta Gadelha, que atribui parte da culpa pelo caos na economia nacional ao grande empresário, os monopolistas que detêm os meios de produção das principais matérias-primas. "Eles são os principais beneficiados com essa inflação absurda", denuncia. Reconhecendo a grande responsabilidade do empresário, ele diz que o empresariado pode contribuir para a estabilidade econômica evitando a especulação, porque quanto mais alto o custo do dinheiro, mais caro se torna o produto. "Agora é pedir a Deus que a coisa melhore", exorta.

Garantindo que o lema que prevalece no país é o de "levar vantagem em tudo", Zildamir Soares admite que a nossa política econômica penaliza os que produzem. Lembrando que o futuro governo tem uma visão moderna, ele espera algumas ações que considera essenciais para o restabelecimento da economia. Moralizar o setor público, suspender e renegociar a dívida externa dentro das nossas condições, formando uma comissão para fazer auditoria desta dívida, conter gastos e o governo deixar de especular no mercado financeiro. "Vamos torcer para que tudo isso seja posto em prática", espera, acreditando que o Brasil é o país do amanhã.

O empresário das lojas Ciranda, Guilherme Farkat, secretário do CDL, disse que espera que Fernando Collor faça o que propôs em praça pública com relação à máquina estatal: enxugando-a de funcionários ociosos e marajás; diminuindo

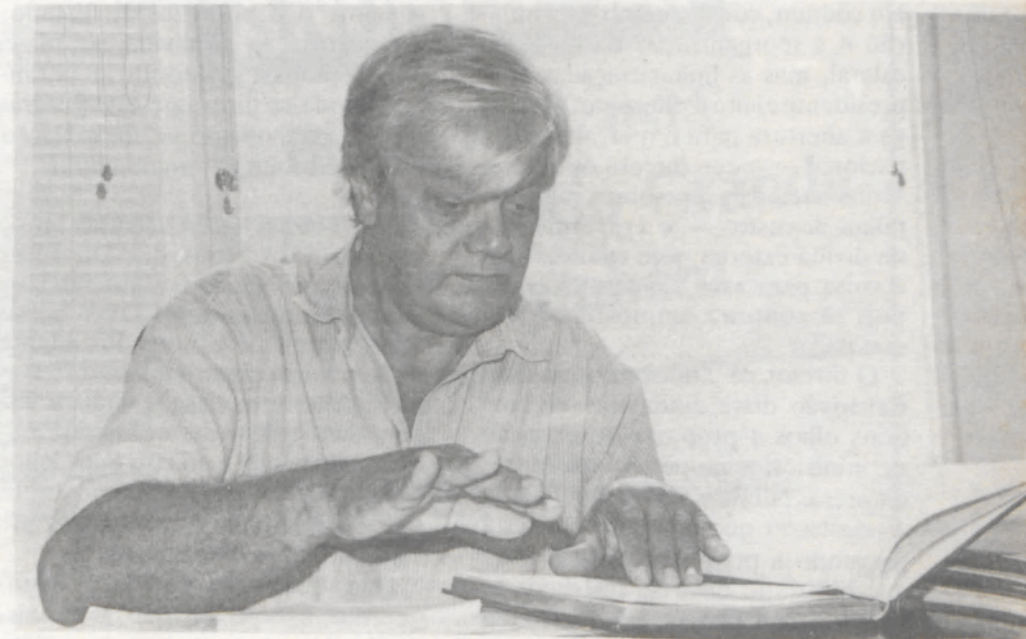
o seu tamanho através de cortes em órgãos deficitários e colocando as forças produtivas para trabalhar realmente.

"Hoje existem grupos que enriqueceram de uma hora para outra e ninguém sabe como. Tem que se acabar com isso; tem que se cobrar mais impostos, mas impostos de quem deve, dando um tratamento diferenciado, pois o que acontece hoje é que se cobram impostos da Volkswagen da mesma forma que se cobra de seu Manoel na bodega lá na esquina", disse.

O diretor administrativo da Transportadora São Cristovão, Laumir Barreto, explicou que de uma forma geral, espera que o novo governo faça um reordenamento na economia do país. Para Laumir, este seria o primeiro passo a ser dado, através da contenção de gastos supérfluos, extinção de órgãos deficitários do Estado e revisão da dívida interna.

O presidente interino do CDL, Lawrence Nóbrega, disse que sua expectativa com relação ao novo governo é muito boa, porque Fernando Collor de Mello, o escolhido, foi eleito pelo voto popular, mas com uma divisão grande do eleitorado do país, o que o torna mais cheio de responsabilidades, não permitindo que ele possa errar. "Nós estamos otimista. A situação é grave, mas há saída", completou.

SUBDESENVOLVIDA — Sobre o programa de governo de Fernando Collor, que foi passado no horário gratuito do TSE, divulgado nos palanques por onde o então candi-



Lawrence: proposta de Collor tem tudo para dar certo



Laumir: A gente tende a sair deste caos em que nos encontramos

dato andou, através de entrevistas e debates que o ex-governador de Alagoas participou, os empresários também se mostraram otimistas. Mas fizeram um alerta: para que dê realmente certo, deve ser cumprido com determinação e lealdade.

“Muitos programas de governo foram apresentados, e muitos foram levados ao fracasso. Mas acredito que o programa de Collor é liberal e que se for cumprido será benéfico. Neste programa ele não está prometendo nada de mais para a Nação. Mas prometer é uma coisa e cumprir é outra”, explicou o empresário Guilherme Farkat.

O empresário Laumir Barreto disse que tanto o programa de Lula quanto o de Collor possuem coisas em comum, como o combate à inflação e a reorganização da máquina estatal, mas as linhas traçadas pelo presidente eleito é diferente: ele prega a abertura para o mercado internacional — o que forçará os empresários nacionais a reverem suas planilhas de custos —, e a reavaliação da dívida externa, sem calote, “que é coisa para raça subdesenvolvida, pois se contraiu empréstimo, tem que pagar”.

O diretor da Transportadora São Cristovão disse ainda que vê com bons olhos a proposta de extinção de ministérios inoperantes e outras empresas públicas sem rentabilidade — destacou que com isso não está pregando a privatização, mas acha que o Estado deve se restringir às suas funções básicas, como a saúde e educação. “Este será e tem que

ser o papel do Estado”, reforçou.

Laumir Barreto explicou que o programa de Collor é viável, mas espera que ele cumpra e o faça cumprir, correspondendo, desta forma, aos 140 milhões de brasileiros. “Se Fernando Collor fizer o que está prometendo a gente tende a sair deste caos em que nos encontramos”, disse.

Para o presidente em exercício do CDL, Lawrence Nóbrega, o programa ideal para salvar o país da crise depende da concepção que cada um acha ser o mais certo para a sociedade brasileira. Mas como empresário, acha que a proposta de Collor de Mello expressa por onde passou, tem tudo para dar certo, porque prega a privatização de empresas que somente dão prejuízos ao Estado; a renegociação da dívida externa e a extinção de ministérios inoperantes. “Pode-se dizer que este programa é o melhor porque foi a Nação quem o escolheu”, argumentou.

ASSISTENCIALISMO — O secretário do Clube dos Diretores Lojistas de Natal, Guilherme Farkat, disse que para o CDL é muito importante que o novo Presidente da República mude a forma de tratamento que os governos vinham dispensando ao Nordeste. O empresário explicou que é preciso que Collor coloque esta Região como meta prioritária do seu governo, porque ainda hoje somos mendigos.

Esta situação de mendicância, entretanto, não pode e não deve existir, mesmo porque temos, na região,

todas as potencialidades para promover o desenvolvimento e a independência dos Estados nordestinos. O Rio Grande do Norte, por exemplo, citou Farkat, possui muitas riquezas naturais, como o petróleo e a água. Basta que se perfure o poço. Mas para que isto aconteça é necessário que tenhamos as mesmas condições de investimentos — e para isto basta que tenhamos uma retribuição honesta daquilo que o Nordeste pode oferecer para o resto do país.

Laumir disse ainda que se estivesse no lugar de Fernando Collor seria mais inteligente e justificaria o porquê de sua eleição para Presidente da República: “daria uma atenção especial ao Nordeste, porque ele, além de ter raízes nordestinas, foi eleito em grande parte com os votos da população desta região tão sofrida”.

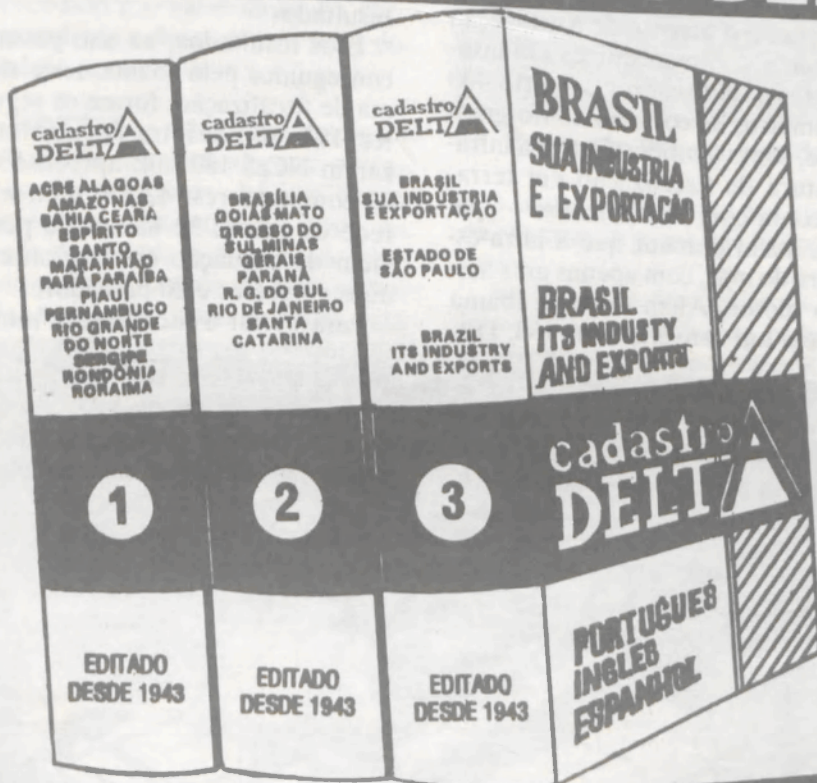
O empresário explicou que o Nordeste é uma região muito rica. Citou o Rio Grande do Norte, particularmente. Mas para a promoção de desenvolvimento, disse ele, é preciso que se traga investimentos, não em forma de esmolas, porque o Nordeste não precisa de esmolas, mas de empresas investidoras e dando-lhes incentivos através de juros compatíveis.

Por fim, Barreto apregoou que é necessário continuar com investimentos, como os feitos pelo BNB e pela Sudene, mas de forma mais decidida, porque os resultados dos investimentos feitos no Rio Grande do Norte, por exemplo, deram excelentes resultados, como a Maisa, a Petrobrás e a Guararapes, que alcançaram este êxito não porque tenham sido apadrinhadas, mas porque acreditaram e com isso ajudaram a região a se desenvolver.

Lawrence Nóbrega acha que pelo fato de Collor de Mello ser oriundo do Nordeste e que fez uma campanha política contrária aos grupos econômicos do sul do país o novo Presidente da República irá fazer alguma coisa pela Região. “Até porque investir no NE não é assistencialismo, mas uma atitude sensata, racional. É um bom negócio”, completou.

Lawrence acrescentou que não têm dúvidas de que Fernando Collor fará isso pelo Nordeste. Mas destacou que não sabe como, porque hoje existe uma grande concentração de riquezas no sul do país, mas que é uma concentração “que pode ser revertida”. □

As empresas federais, estaduais e municipais não devem ficar de fora do cadastro DELTA.



Divulgue
sua
empresa
e seus
produtos
para o
Brasil
e mais de
100 Países

ANUNCIE JÁ!

O Brasil todo está
presente... Rio Grande
do Norte também.

- Dezenas de milhares de informações sobre a Indústria, sobre o Comércio, enfim sobre cada organização comercial, grande ou pequena, existente no Brasil, são encontradas no CADASTRO DELTA.
- Auxiliar indispensável de consulta e orientação aos Departamentos de Vendas e de Compras de todas as firmas.
- CADASTRO DELTA o ajudará a conhecer a categoria e tradição de seus possíveis fornecedores ou clientes, em todo o Brasil. Isso possibilitará vender ou comprar melhor.
- Para sua propaganda direta, não existe melhor auxiliar que o CADASTRO DELTA. Nele você encontrará bons endereços e, com facilidade, poderá selecionar as firmas as quais lhe interessa mandar propaganda ou vender por correspondência.
- Para a abertura de filiais você poderá consultar com êxito o CADASTRO DELTA. Ele lhe informará com segurança sobre a vida comercial das firmas de cada Estado ou Cidade do Brasil.
- Se você deseja nomear representantes em qualquer localidade brasileira o CADASTRO DELTA o auxiliará a encontrar aqueles que trabalham com uma linha de produtos similares aos seus, o que já constitui uma garantia de êxito pela experiência e conhecimentos alcançados dentro de sua capacidade.
- O mesmo poderá suceder para a obtenção de Representações. Escolha entre os milhares de industriais importadores, etc. classificados no CADASTRO DELTA, aqueles que lhe interessam e ofereça os seus serviços.
- CADASTRO DELTA lhe informará quais os Bancos existentes em todas as praças do Brasil.
- O seu anúncio no CADASTRO DELTA dura 15 meses e é divulgado em todo o Brasil e no Exterior.


OO BRASIL EDITORES LTDA.

ESCRITÓRIO CENTRAL
Rua Barão de Itapetininga, 255 - 7ª e
8ª andares - Fones: (011) 225-2426,
255-3773 e 255-3638
São Paulo - SP

Estão dizimando a lagosta

Sem meios eficazes para exercer uma maior fiscalização, o Ibama assiste, quase que de braços cruzados, à pesca predatória da lagosta nas costas do Rio Grande do Norte.

O segundo produto mais exportado pelo Rio Grande do Norte e também o segundo maior gerador de recursos, a lagosta está desaparecendo de nossa costa marítima. A cada ano a produção diminui e as infrações aumentam. As autoridades fazem o que podem, mas a verdade é que os recursos para a infra-estrutura são poucos, a fiscalização é ineficiente, há falta de conscientização do pescador e os atravessadores, que são os grandes culpados pela depredação, continuam impunes.

Através da Portaria de nº 1.210 de 22 de novembro de 1989, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que absorveu a Sudepe (Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca) e hoje formam um órgão só ao lado do IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal) proibiu a pesca da lagosta em toda a costa do Rio Grande do Norte, no período de 20 de dezembro passado até o dia 30 de abril deste ano.

O objetivo desta proibição é preservar a desova da lagosta dos pescadores gananciosos, que muitas vezes inconscientes do grande mal que podem praticar contra si mesmos, já que podem extinguir um meio de sua própria sobrevivência, pescam o crustáceo com menos de 13 centímetros, ainda impróprio para ser comercializado — porque estão na fase de desenvolvimento da espécie.

A FISCALIZAÇÃO — Existem hoje registrados no Ibama 473 barcos de pesca da lagosta, mas o gerente de controle e fiscalização do órgão, Rolfran Cacho Ribeiro, acredita que possam existir mais 150 atuando ilegalmente no litoral do Estado. Isso totaliza cerca de três mil pescadores em atividade.

Para proteger a lagosta neste período de defeso — e fazer cumprir a lei —, o Ibama conta com nove equipes de fiscalização atuando em

locais mantidos em segredo, mas sabe-se que os fiscais estão quase que praticamente todos os dias em Muríu, Caiçara de São Bento do Norte e Rio do Fogo.

Segundo o gerente de fiscalização do Ibama, as nove equipes são insuficientes para fiscalizar de perto 400 quilômetros da costa norte-rio-grandense, como também é parca a infra-estrutura de fiscalização em terra, que conta com sete veículos — que ainda assim é maior que a infra-estrutura do mar, com apenas uma lancha a motor. Além disso, o Ibama mantém um convênio com o 3º Dis-



Rolfran: É o menino que quer ganhar dinheiro fácil

trito Naval, que através de três navios costeiros ajuda muito no combate à pesca ilegal.

Mas a fiscalização, segundo explicou Rolfran Cacho, é centrada em cima dos atravessadores, que são os grandes incentivadores da pesca clandestina, porque o pescador tradicional, mesmo na época de defeso, naturalmente continua pescando o peixe que aprendeu a pescar desde criança e assim não passa dificuldades. Desta forma, os atravessadores

fomentam a ganância dos mergulhadores, que utilizam equipamentos perigosos, como compressores, na maioria das vezes drogados, colocando em risco a própria vida. “É o menino que quer ganhar dinheiro fácil”, diz Rolfran.

Por isso, a fiscalização evita entrar em atrito com as comunidades pesqueiras — que muitas vezes hostilizam os fiscais quando estes procuram vistoriar pescadores em determinadas praias —, e parte para pegar os atravessadores. As equipes do Ibama, assim, fazem barreiras nas estradas, nas rodovias e no aeroporto — o que tem dado grandes resultados.

E os resultados, no ano passado, conseguidos pelo Ibama neste sistema de fiscalização, foram os seguintes: 152 autos de infração, que totalizaram NCz\$ 180 mil; apreensão de 20 compressores; 42.550 metros de rede de pesca; 32 barcos de pesca além de autuação em flagrante de duas empresas e 20 pescadores.

Para burlar a fiscalização, muitos

dos atravessadores estão transformando suas próprias casas em depósitos de lagostas pescadas clandestinamente. Mas para contra-atacar, o Ibama está usando a tática de investigação, durante uma semana ou duas, num determinado local, até descobrir com segurança em qual casa está estocada a lagosta. A partir daí vai com um mandado de busca e apreensão e consegue entrar legalmente na residência do atravessador, apreender o produto e prender

o infrator.

Mas a multa hoje aplicada ao infrator é modesta. Além do mais existe o apadrinhamento político para alguns presos — o que não moraliza por completo a fiscalização e não respeita o Ibama e a lei. Mas o órgão, segundo o gerente de fiscalização, procura não perdoar o infrator: quando pega um pescador capturando a lagosta com menos de 13 centímetros, o que é proibido mesmo no período fora da desova, é-lhe aplicado uma multa que varia de 30 a 123 BTN's (Bônus do Tesouro Nacional). E quando o infrator é pego na época da desova, o produto é apreendido e o valor da multa correspondente a duas vezes o valor do produto apreendido.

HOTÉIS — Mas além dos mergulhadores, atravessadores e pescadores clandestinos, há um outro componente incentivador desta ciranda depredadora do segundo produto mais exportado do RN: os hotéis. A maioria deles, de Natal, está comprando a lagosta de inferior qualidade, segundo denunciou Rolfran Cacho, para vendê-la aos seus hóspedes como sendo de primeira qualidade. Mas esta lagosta, garante ele,



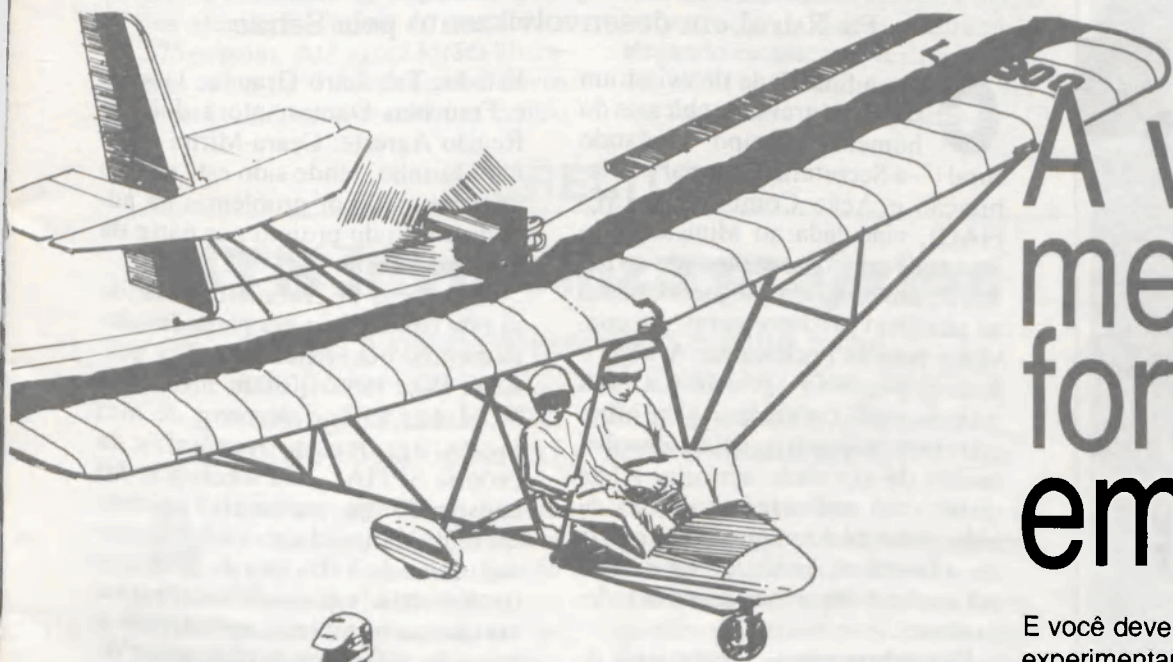
O Ibama não tem conseguido fiscalizar a grande quantidade de barcos

não passa daquela que foi excluída da exportação por ser de baixa qualidade.

No ano passado o Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/RN autuou em flagrante 23 hotéis natalenses vendendo lagosta de baixa qualidade e com um tamanho inferior aos 13 centímetros mínimos permitidos

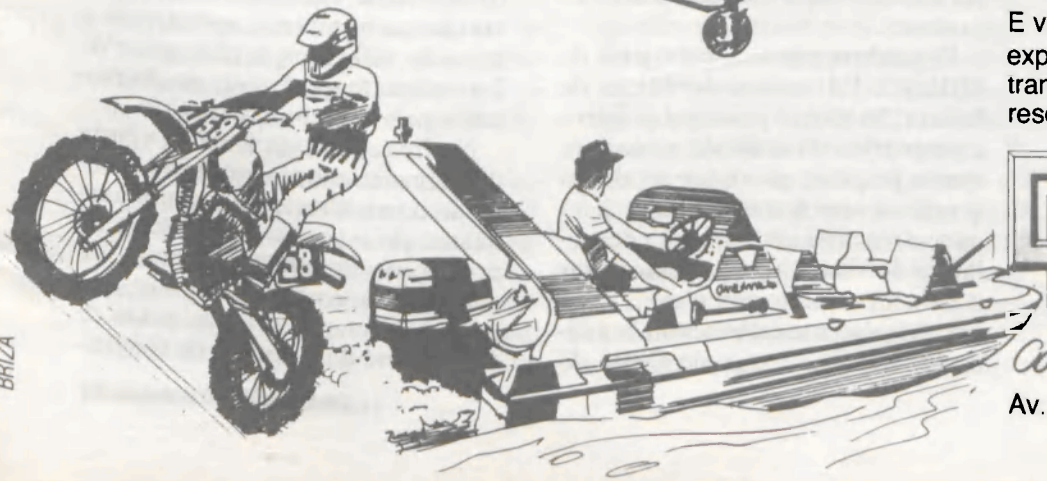
para a captura e a comercialização.

Para compactuar ainda mais com o tráfico da lagosta clandestina, os hotéis estão tirando a casca do crustáceo e assim dificulta a medição. Mas isto só prejudica a imagem do hotel, pois somente para ilustrar a baixa qualidade da lagosta que estão oferecendo aos seus clientes, basta dizer que no ano passado foram



A vida merece fortes emoções

E você deve estar preparado para experimentar todas elas. Com toda tranqüilidade. Aproveite o que a vida lhe reserva de melhor.



Consórcio Eldorado

Com toda segurança!

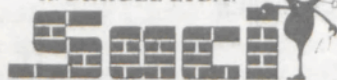
Av. Prudente de Moraes, 1108 - 222-9246

PISOS & AZULEJOS

ARMAÇÃO

Todo o material para
construção e reforma.
Produtos da melhor
qualidade,
com orçamento grátis,
o melhor
preço da cidade
e o atendimento
especializado.

R. GURGEL LTDA.



Rua Pte. Bandeira, 828
Tels.: 223-3626/3627/3628
Av. Rio Branco, 204 — Ribeira
NATAL — RN

apreendidas em um hotel de Natal 50 lagostas com menos de 13 centímetros que pesando davam um quilo, quando as lagostas acima deste tamanho, normalmente bastam seis para ter o mesmo peso.

O Ibama hoje tem uma relação de 22 hotéis que fizeram uma declaração dizendo a quantidade e a qualidade da lagosta que possuem estocada para ser oferecida aos hóspedes neste período de defeso. A partir daí o Instituto passa a fazer uma fiscalização sistemática nestes hotéis, conferindo sempre a quantidade e a qualidade declarada, por todo o período de desova.

Nos últimos anos a lagosta tem caído de produtividade. O gerente de fiscalização do Ibama não tem nenhum receio em afirmar que a culpa é da pesca predatória. Em 1978 o Rio Grande do Norte exportou, ao preço de 12 dólares o quilo, 710 to-

neladas que renderam 8.500 dólares ao Estado.

No ano seguinte, mesmo com o preço tendo subido para a casa dos 15 dólares o quilo, a exportação caiu para as 534 toneladas, o que rendeu ao Estado 8.110 dólares. Em 1986 o preço do quilo subiu para 18 dólares, mas o Estado só conseguiu exportar 167 toneladas, para um rendimento de 3,1 milhões de dólares.

Em 1987 a lagosta conseguiu subir na pauta de exportações do Rio Grande do Norte, passando para as 356 toneladas, ao preço de 23 dólares, rendendo ao Estado a cifra de 8,2 milhões de dólares.

No ano passado a produção continuou a se recuperar, chegando à casa das 510 toneladas que, ao preço de 18,3 dólares (quase o mesmo preço de três anos antes), rendeu ao Rio Grande do Norte 9,3 milhões de dólares. □

PA-RURAL

Uma pá no êxodo do homem

Fixar o homem no campo e evitar que o pequeno produtor rural venda as suas terras, são os objetivos do programa Pá-Rural em desenvolvimento pela Sehac

Com a finalidade de evitar um dos mais graves problemas do homem do campo — o êxodo rural — a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEHAC), vinculada ao Ministério do Interior, está desenvolvendo o Pá-Rural, um programa de atendimento ao pequeno produtor rural, em convênio com as Prefeituras. A idéia é fixar o pequeno agricultor na sua própria região, oferecendo-lhe infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade agrícola. Além disso, criar melhores condições de vida, através do aumento da oferta de alimentos, políticas de saúde, educação e lazer nas comunidades carentes.

Segundo o gerente de projetos da SEHAC, Edvanilson Jerônimo de Moura, 36 anos, o principal objetivo é proporcionar um maior apoio para que o pequeno produtor rural não venda as suas terras e emigre para os centros urbanos, em busca de melhoria de vida. "Nós queremos fixar o homem rural no seu meio", resume. Atualmente estão sendo beneficiados três municípios do Oeste do

Estado: Tabuleiro Grande, Janduís e Francisco Dantas, afora dois da Região Agreste: Ceará-Mirim e Ielmo Marinho, tendo sido este último interrompido por problemas na administração do projeto por parte da Prefeitura local.

O projeto de Tabuleiro Grande já está concluído e em pleno funcionamento, beneficiando 1.394 pessoas. Para tanto, foram investidos NCz\$ 11,5 mil no decorrer de oito meses, recursos provenientes da própria SEHAC. Na localidade foi construído um centro comunitário de múltipla utilidade, onde funcionam salas de aula, sala de televisão comunitária, uma biblioteca e uma creche comunitária, atendendo a cerca de 100 crianças com idade de 0 a 6 anos, tendo a alimentação custeada pela Prefeitura local.

Na área externa funcionam a parte de mecanização comunitária, contando com um trator equipado, uma quadra de esportes e um núcleo de produção artesanal, composto de máquinas de costura, onde são confeccionados tapetes, redes, peças de saco e parte do vestuário da comuni-

dade. A propósito, o gerente de projetos da SEHAC lembrou que antes de atender à determinada comunidade, a Secretaria faz um levantamento para identificar as localidades onde existe uma maior incidência de êxodo rural, principal requisito para ser beneficiada pelo Pá-Rural.

No município de Janduí o programa encontra-se em fase de conclusão e até agora teve recursos aplicados na ordem de NCz\$ 33 mil, beneficiando 456 moradores. A comunidade conta com um centro comunitário, constando de uma farmácia padrão (com serviço de ambulatório), salas de aula, uma creche que atende a 80 crianças em idade entre 0 e 6 anos, afora um alojamento para cursos na área agrícola. Fora do Centro, existe ainda um armazém para estocagem de produtos agrícolas da comunidade, um trator que atende aos agricultores, hortas e pomares comunitários, onde eles produzem seus próprios alimentos, e o excedente é comercializado nas feiras livres. O projeto destinou também uma área para a criação de pequenos animais, como caprinos e ovinos, sendo esta última a mais explorada.

Em fase de andamento, o Pá-Rural do município de Francisco Dantas atenderá, depois de concluído, 575 pessoas. Até agora foram liberados cerca de 7 mil cruzados novos e está sendo construído um centro

comunitário, composto de um posto médico, salas de aula e uma sala para televisão. Além disso está prevista a construção de um armazém para guardar a produção agrícola. Hoje a população está sendo beneficiada apenas com a utilização do trator comunitário.

Atendendo a um número bem mais elevado de pessoas, o programa de Ceará-Mirim já está concluído e beneficiando 4.300 moradores. Para tanto, foram liberados NCz\$ 35.400 num convênio celebrado entre a SEHAC e a Secretaria de Agricultura do Estado. Foram instalados uma farmácia padrão, uma creche comunitária e um posto médico, cujos profissionais são mantidos pela Secretaria de Agricultura. A mecanização comunitária foi implantada a partir da distribuição de implementos agrícolas e existe um armazém de produtos agrícolas à disposição da comunidade. Consta ainda do projeto uma área para a criação de pequenos animais.

Para a comunidade de Ielmo Marinho já foram liberados cerca de 5 mil cruzados novos, porém o projeto não foi concretizado porque o prefeito anterior, Tarcísio Ribeiro, não apoiou devidamente o empreendimento, limitando-se apenas a iniciar a construção do centro comunitário, alegando escassez de verbas. Contudo, a SEHAC entendeu que as verbas foram mal administradas. □

CRÉDITO

BTN inviabiliza projetos

Seis projetos concedendo crédito rural aos pequenos produtores foram criados pelo governo do Estado, mas estão fadados ao fracasso porque o saldo devedor será cobrado em BTN

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A (Bandern) firmaram um convênio no valor de NCz\$ 5 milhões, para beneficiar os agricultores inscritos no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

Os recursos serão oriundos das seguintes fontes: 40% da União; 10% do Bandern, o próprio agente financeiro; e 50% do Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), ou como é mais conhecido, o Banco Mundial. O to-

tal desta verba deve beneficiar, segundo o programado, 168 pequenos produtores rurais do Estado.

Os pequenos produtores se enquadrarão em seis projetos de créditos: o Maxaranguape, que vai atender 16 produtores; o projeto Potengi, que deverá atender 22; o Seridó, com a previsão de crédito para 30 pequenos produtores; o Encanto de Santana, para 10; o Trairy, para atender 40 e, finalmente, o projeto Centro-Norte, que deverá beneficiar 27 produtores.

Entre estes pequenos produtores, 89 serão atendidos com verbas que

Na hora de agir, é preciso DECISÃO

Sua empresa, decerto, já precisou algumas vezes enviar pessoas para outros centros, a fim de fazerem treinamentos ou cursos de especialização em alguma área profissional. Isso sempre significou despesa e perda de tempo.

Mas, agora, esse problema poderá ser resolvido aqui mesmo. O Rio Grande do Norte ganha a primeira empresa de assessoramento e treinamento de pessoal, com um grande número de cursos nas áreas gerencial, tecnológica, comportamental e informática. Essa empresa é a DECISÃO. Uma empresa de nível técnico semelhante às melhores do País, e que vai facilitar, a partir de agora, a vida da sua empresa.



DECISÃO

Desenvolvimento & Treinamento Ltda.

Av. Bernardo Vieira, 1413 - S: 2 - Lagoa Seca
Fone (084) 223 4961 - Natal/RN

se destinarão a projetos ligados à pecuária, e 56 com projetos de agricultura irrigada. Os recursos serão subsidiados em 30% do valor de cada empréstimo, com juros anuais de 12% — de acordo com o valor máximo permitido pela Constituição Federal. O saldo devedor será beteenizado, ou seja, os 70% restantes do empréstimo serão corrigidos diariamente pelo BTN fiscal.

SEM SUCESSO — Por conta desta beteenização de 70% do valor total do crédito, alguns técnicos de órgãos estaduais, como a Emater e Fundação Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa), que irão planejar e coordenar os projetos agrícolas e pecuários dos pequenos produtores rurais beneficiados com o crédito, acreditam que não haverá sucesso com esta forma de empréstimo rural, segundo foi estabelecido entre a Sudene e o Bandern.

Um dos principais motivos são as altas muito elevadas que vem sofrendo ultimamente o BTN fiscal, que no mínimo, fica correspondendo ao índice da inflação mensal, apesar de não ser indexado a ela. E a inflação mensal, por sua vez, vem atingindo os índices mais altos da história econômica brasileira. Com esta forma de empréstimo fica praticamente impossível o pequeno produtor se arris-

car num empréstimo quase totalmente indexado à economia de reajustes diários.

Além disso, créditos rurais anteriores indexavam ao BTN fiscal, quando muito, 50% do montante emprestado — o que já era um desestimulador para os pequenos produtores rurais que não possuíam garantias. Mas, mesmo com todas essas perspectivas desestimuladoras, os técnicos torcem para que o empréstimo rural, ora firmado, dê certo, com os produtores requerendo a verba para produzir e, quem sabe, os índices da economia brasileira voltando a patamares suportáveis.

O projeto de Crédito Rural, que já começou a ser colocado em prática, será operacionalizado no Rio Grande do Norte pelo Bandern, Emater e Cepa. A Sudene, além do apoio no Estado, se encarregará dos repasses das verbas da União.

A Emater fará a divulgação do crédito no campo e elaborará os projetos agrícolas. O Bandern fará o cadastramento do produtor e, depois de analisar os projetos, liberará os recursos. A Cepa deverá fazer o controle e todo o acompanhamento destas operações, além de selecionar, anteriormente, as áreas do Estado que deverão ser beneficiadas, e depois indicá-las à Emater e ao Bandern. □

ne, que fornece recursos materiais para o atendimento das necessidades básicas do pequeno agricultor.

Além do PAPP explica o coordenador em exercício, a Sudene vem desenvolvendo outras linhas de programas voltados para o meio rural, como, por exemplo, o “São Vicente”, que dá apoio às organizações de pequenos produtores rurais e o Projeto Padre Cícero, que visa dotar as propriedades rurais com recursos hídricos. Este último projeto, em fase experimental, está concentrado nos municípios de Augusto Severo, Cerro Corá, Janduís, João Câmara, Nova Cruz, Santana do Mato, Santo Antônio, Lagoa Nova, São Vicente e Florânea.

Embora experimental, o Projeto Padre Cícero já construiu e entregou 873 cisternas, estando mais 117 em construção. Já o programa São Vicente beneficiou, em 89, 13.666 famílias rurais, mediante a liberação de recursos no valor de NCz\$ 733 mil. É com base nestes números que Aureo Cabral afirma que hoje o Rio Grande do Norte já dispõe de uma estrutura de recursos hídricos que permite ao Estado enfrentar com mais tranquilidade uma eventual ocorrência de seca, se considerar também, ao lado disso, o trabalho de irrigação que o governo do Estado vem realizando em diversas regiões do RN.

AGRICULTURA

Sudene não garante inverno

Muito embora tenha chovido bastante no final do ano passado, nada indica que o Rio Grande do Norte terá este ano um bom inverno, segundo informações da Sudene

Ainda não há dados científicos disponíveis que indiquem que o Rio Grande do Norte terá inverno este ano. Entretanto, a partir da segunda quinzena de dezembro de 89 foram registradas chuvas nas regiões Oeste, Alto Oeste e Seridó do Estado e embora essas chuvas não sejam suficientes para caracterizar o inverno, indicam o prenúncio de que o inverno pode estar a caminho. A análise é do economista Aureo Alves Cabral, coordenador em exercício do escritório da Sudene no RN.

Lembra Aureo Cabral que o inverno no Rio Grande do Norte geralmente tem início no Alto Oeste,

na região conhecida como “Tromba do Elefante”, vindo do Ceará. Só depois é que atinge a região litorânea. O fato de ter chovido simultaneamente no Oeste, Alto Oeste e Seridó pode também significar uma antecipação do inverno. Mas não há certeza disso ainda, adverte.

Em caso de se consolidar o inverno neste começo de ano, Aureo Cabral garante que a Sudene dispõe de todos os meios necessários para garantir uma boa safra agrícola, através do Programa de Apoio ao Produtor Rural — PAPP. Este programa, segundo Aureo Cabral, é executado pela Secretaria de Agricultura do Estado, sob a coordenação da Sude-

EMERGÊNCIAS — Admitindo a hipótese de que ocorram este ano fortes chuvas no Estado, ao ponto de provocarem situações de calamidade pública, o coordenador da Sudene garante que o órgão não será surpreendido. Segundo ele, a Sudene, pelo fato de coordenar toda a estrutura de defesa civil no Nordeste, dispõe de amplo know-how para fazer face a situações emergenciais. Esclarece que por recomendação da Sudene os governos estaduais e municipais montaram suas próprias defesas civis, habilitadas a enfrentar qualquer tipo de calamidade pública, desde enchentes a abalos sísmicos. Todo esse trabalho, porém, acentua, é coordenado pelos técnicos da Sudene, e executado pela Comissão de Defesa Civil do Estado (Codecirn).

Como exemplo da atuação da Sudene face a uma situação emergencial, Aureo Cabral lembra como o órgão enfrentou os abalos sísmicos ocorridos na região do Mato Grande, mas principalmente no municí-

pio de João Câmara, a partir de 1986. — “Foi desenvolvido todo um trabalho de mobilização de recursos para aquisição de barracas, substituindo as casas atingidas pelos abalos, mas também um esforço para levar técnicos até o município, a fim de que o fenômeno fosse estudado em profundidade”, explica Áureo Cabral. Mas a atuação da Sudene foi mais longe. Através do Consulado Britânico no Recife a Sudene conseguiu que técnicos e equipamentos britânicos fossem levados até João Câmara, onde foi iniciado um estudo dos fenômenos sísmicos no município, em conjunto com técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esses estudos prosseguem até hoje, e permitem deduzir, segundo Áureo Cabral, que houve uma acomodação dos fenômenos, “mas nada garante que não se repitam, já que durante muitos anos eles estiveram inativos.”

Com uma estrutura de 42 funcionários distribuídos entre a Coordenadoria e as divisões técnica e administrativa, o escritório estadual da Sudene é um dos menores do Nordeste. Mas segundo seu coordenador em exercício, sua equipe vem desenvolvendo um trabalho técnico que compensa plenamente as deficiências de pessoal. É o caso, por exemplo, do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), que aprovou só no ano passado 15 projetos de empresas que querem se instalar no RN. Segundo Áureo Cabral, desse total nove empresas são do setor industrial, três no setor pecuário, duas na área de agricultura irrigada e uma no campo agro-industrial.

Dos nove empreendimentos no setor industrial, foram aprovados recursos da ordem de NCz\$ 306,4 milhões, dos quais NCz\$ 177,1 milhão saíram do Finor, gerando 3.032 empregos diretos.

Os projetos do setor pecuário montam a NCz\$ 5,7 milhões, dos quais NCz\$ 2,8 milhões do Finor, e vão gerar 135 empregos diretos. Na área da agricultura irrigada, os dois projetos aprovados montam a NCz\$ 13,5 milhões, sendo NCz\$ 6,5 milhões do Finor, gerando 89 empregos diretos. O projeto agro-industrial, por sua vez, vai gerar 120 empregos diretos, e está orçado em NCz\$ 4,2 milhões, sendo NCz\$ 2,2 milhões saídos do Finor.

Em conjunto o quadro mostra que o Rio Grande do Norte teve um desempenho muito bom em 1989, em



Áureo: Sudene fortalecida

relação aos anos anteriores, e vai permitir a consolidação do Distrito Industrial de Natal. “Basta ver,” diz Áureo Cabral, “que o RN ficou em quarto lugar entre os Estados do Nordeste que aprovaram projetos na Sudene no ano passado. Só ficou atrás da Bahia, Maranhão e Pernambuco”, esclarece.

Quanto ao futuro da Sudene dentro do governo Collor de Mello, que assume em março próximo, o coordenador em exercício do órgão acredita que ele sairá fortalecido, haja vista que este foi um compromisso público assumido pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello. Áureo Cabral confia que a Sudene sai fortalecida da reforma ministerial que está em preparação pelo futuro governo. Com isso, garante, todo o Nordeste será beneficiado com uma Sudene melhor estruturada. □

PESQUISA

Micropropagação em estudo

O Laboratório de Fisiologia Vegetal da UFRN está desenvolvendo uma pesquisa **in vitro** que substituirá os métodos tradicionais empregados na agricultura do RN

Se conseguirem ultrapassar a barreira da escassez de recursos, alguns projetos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos na área de micropropagação “in vitro” pelo Laboratório de Fisiologia Vegetal da UFRN poderão chegar ao campo substituindo os métodos tradicionais de multiplicação vegetativa, como a enxertia, por exemplo. A experiência já comprovou que através deste processo é possível multiplicar espécies vegetais de grande importância econômica para o nosso Estado, adotando um método moderno, mais produtivo e a um custo relativamente baixo.

Numa região em que as alternativas para solucionar os problemas no setor agrícola, como a seca e a ação de pragas e doenças no campo, são poucas, a micropropagação de algumas plantas xerófilas (cajeeiro, umbuzeiro, faveleiro, algaroba) pode ser a curto e médio prazo a “salvação da lavoura” para o tão sofrido agricultor. A micropropagação é, na realidade, a reprodução “in vitro” de numerosas plantas a partir de uma planta selecionada com alta produtividade, resistência à seca,

precocidade e resistente a pragas.

Segundo o professor Magdy Ahmed Ibrahim Alloufa, 38 anos, responsável pelo Laboratório de Fisiologia da UFRN, as técnicas de micropropagação possuem inúmeras vantagens, dentre elas, a multiplicação a curto prazo de clones de plantas bem selecionadas, a eliminação de vírus e doenças, a reprodução de clones durante o ano inteiro e a propagação de espécies vegetais difíceis de serem reproduzidas pelos métodos convencionais.

CASA DE VEGETAÇÃO —

Há cerca de um ano Magdy Alloufa vem coordenando quatro projetos distintos: Cultura “in vitro” de planta da tâmara — Uma possibilidade de adaptação na Região Nordeste, com sementes vindas do Egito; Multiplicação “in vitro” de mudas de caju; Micropropagação “in vitro” de plantas selecionadas de abacaxi e multiplicação vegetativa de mudas de bananas bem selecionadas (variedade urino vinda de São Paulo), tendo estes dois últimos inúmeras mudas prontas para execução do trabalho no campo.

O professor vem desenvolvendo há dois anos o projeto de Cultura "in vitro" de tecidos e células vegetais de algodão — Aspecto de Melhoramento Genético. Todos os projetos são financiados pelo CNPq e tem parte dos recursos provenientes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Administrando poucos recursos, Magdy está estudando a idéia de comercializar as mudas prontas com agricultores interessados. "Talvez assim possamos continuar nossas pesquisas e cobrir os gastos com equipamentos caros, reagentes químicos (hormônios vegetais), vidrarias, bolsas de estudo para estagiários, além da parte de manutenção", disse Magdy, estimando que até agora foram gastos cerca de 700 mil cruzados novos.

Antes de serem implantadas no campo, as mudas "in vitro" têm que passar por um processo de adaptação. Para tanto, deve ser construída uma Casa de Vegetação, com estrutura de vidro ou plástico especial,

em condições de controlar luz, temperatura e umidade relativa. Para poder ser transferida para o campo, a planta "in vitro" necessita passar de três a quatro semanas nesta espécie de estufa. O custo de uma Casa de Vegetação gira em torno de 70 mil cruzados novos e apesar de todo o empenho do professor em conseguir uma estrutura destas para o Laboratório, não foi possível até agora "em função deste custo relativamente alto".

O trabalho desenvolvido por Magdy e seus oito estagiários, alguns bolsistas do CNPq, poderá beneficiar a curto ou médio prazo a população do Estado. Com técnicas bastante desenvolvidas e recursos humanos de bom nível, superada a questão das verbas, os projetos de micropropagação poderão dar um grande retorno financeiro aos produtores do Estado. "É o tipo de investimento que dá um excelente retorno, tanto em termos qualitativo quanto produtivo", garante. □

dólares. "É o tipo de investimento que oferece um retorno muito rápido", explica o gerente da Alpargatas.

Segundo o burocrata, tais sistemas apresentam grandes vantagens na linha de produção têxtil. Reduz o "lead-time", que é o tempo de fabricação total da peça, desde a programação até o acabamento, garante um corte de muita segurança e precisão melhorando a qualidade do produto final e, principalmente, oferece um ganho estimado em cerca de 2% no consumo de tecido, em relação ao método manual. "Esse percentual pode parecer insignificante, mas representa uma grande economia, se você considerar que 70% do custo total da peça são de matéria-prima", argumenta Eberth.

Para operar os sistemas CAD/CAM a Alpargatas Confeções Nordeste S/A mantém 12 funcionários trabalhando em dois turnos. Indagado sobre como surgiu a idéia de implantar os sistemas de computação no setor de produção da fábrica, Eberth explicou que a empresa, na qualidade de líder no mercado interno, tem uma grande preocupação voltada para o desenvolvimento tecnológico. "É um processo dinâmico, porque é bem mais ágil", entusiasma-se, acrescentando que a empresa tomou conhecimento do sistema em feiras internacionais e executou um projeto para constatar a sua viabilidade.

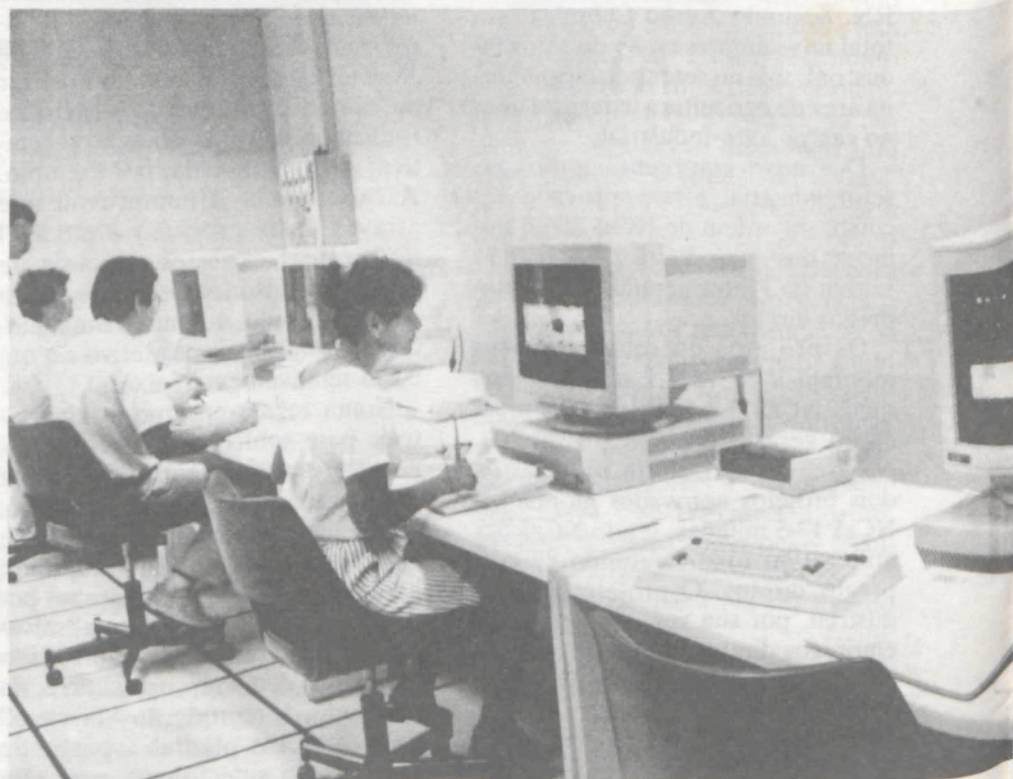
INFORMÁTICA

Indústria reduz os custos

A Alpargatas Confeções Nordeste é a primeira empresa a implantar os sistemas CAD/CAM que otimizam a produção e reduzem os gastos com tecido e eliminam falhas humanas

Em plena era da informática, o Rio Grande do Norte ainda apresenta sinais de atraso na área da computação. Enquanto as indústrias têxteis do Centro-Sul do País estão partindo para a ampliação do uso de equipamentos de informática na área de produção, apenas uma indústria local começa a implantar os sistemas CAD/CAM (Computer Aided Design/Computer Aided Manufacturing) que otimizam a produção, reduzem os gastos de tecidos, eliminam falhas humanas e melhoram a qualidade do produto.

Os sistemas, que consistem na elaboração de desenhos e estudos com o auxílio de computador, podem ser utilizados desde o processo de criação até o plano de corte, conforme atesta o gerente geral da Alpargatas Confeções Nordeste S/A, Eberth Ribeiro Duarte, 42 anos. A indústria está implantando o equipamento Gerber AM-5, importado dos Estados Unidos, pelo que teve de desembolsar a expressiva cifra de 500 mil



Utilizando sistemas CAD/CAM a Alpargatas otimizará a produção

Os sistemas CAD/CAM da Alparbatas são compostos de dois CPU's (Unidade Central de Processamento), seis work station (estação de trabalho), dois micros AT, dois plotters (onde o modelo é riscado com alta precisão), duas mesas digitalizadoras (onde é feito o estudo de encaixe), seis impressoras médias e duas de alta velocidade "on line". A propósito, Eberth ressalta que os dois plotters são de última geração e possuem grande agilidade. "São os mais modernos do País", afirma.

Oferecendo uma média de dois mil empregos diretos em Natal, a Alparbatas Confecções Nordeste S/A faz parte de uma holding com 26 fábricas distribuídas em nove Estados brasileiros. Na unidade fabril daqui são produzidas 400 mil peças por mês, somente camisas de tecido plano, que são comercializadas principalmente no Sul e Sudeste do País. Para a Europa e os Estados Unidos são escoados apenas 15% da produção e o grupo está implantando a sua primeira indústria no exterior, mais precisamente na Espanha.

SIMULAR — Os sistemas CAD/CAM são ferramentas importantes usadas por diversas áreas que necessitam da ajuda do computador na produção. O CAD, por exemplo, é auxiliado por computador, que propicia a elaboração de projetos em vários setores, com a ajuda de computadores e equipamentos especiais, como mesas digitalizadoras, terminais gráficos e "plotters". CAM é o sistema de fabricação que usa computadores e equipamentos de con-

trole numérico nos processos de montagem dos produtos.

Na prática os sistemas funcionam da seguinte forma: um molde é criado manualmente e colocado sobre uma área plana, eletronicamente sensível, denominada superfície digitalizadora. Posteriormente um dispositivo chamado de "cursor" marca os pontos que formam os cantos do molde. Todos esses dados são transmitidos para o computador, que passa a operar sobre essa e outras ima-

gens de moldes. O computador permite simular o encaixe das peças na área disponível do tecido, até que se alcance o maior aproveitamento desta área. Após todo esse processo, a estação CAM transforma as diretrizes do CAD num programa que comanda as máquinas automáticas de corte e costura. Tal sistema é comprovadamente funcional e vem sendo adotado por diversos setores onde o desenho manual é o ponto forte. □

EXPORTAÇÃO

Crescimento foi de 16,5%

Se comparadas com 1988, as exportações do Rio Grande do Norte cresceram 16,5%. Como sempre, fio de algodão cru, castanha e lagosta ocuparam os primeiros lugares

As exportações do Rio Grande do Norte no ano de 1989 deverão totalizar ao País uma receita cambial, aproximadamente, da ordem de US\$ Fob 70,0 milhões, o que significa um crescimento de 16,5% das vendas do Estado para o mercado externo, se comparado com o comportamento de nossas exportações no ano de 88, conforme dados apresentados por técnicos da Promoexport-RN, que só dispõe de balanço sobre esse movimento quase um mês após o ano findo.

Esse quadro, garantem os técnicos, deve-se ao bom desempenho das exportações dos produtos tradicionais de nossa pauta, tais como o

fio de algodão cru e retorcido; castanha de caju, lagosta congelada, couros e peles bovinos e ovinos; cordas e cordéis de sisal; tantanita/columbita e bombons em geral. Entre os dez produtos mais comercializados com o exterior no ano que passou, merecem destaque as frutas tropicais, especialmente mangas e melões; tecidos e confecções, por se tratarem de mercadorias que tiveram um crescimento mais elevado. A Promoexport lembra que esses dez produtos mais comercializados pelo Rio Grande do Norte atingem cerca de 85 por cento do valor da pauta, ou seja, aproximadamente, US\$ Fob 60,0 milhões.

DÊ UM PULO NA SACI

Se você vai construir ou reformar, dê um pulo agora mesmo na Saci. Lá você encontra tudo para a sua construção, desde tijolos, telhas, azulejos, cerâmica, material de acabamento, pias torneiras, etc. E tudo com o melhor preço e atendimento, com a garantia de entrega imediata.

R. GURGEL LTDA.
SACI



Matriz:
Av. Pres. Bandeira, 828
Alecrim - Tel.: 223-3626
Filial:
Av. Rio Branco, 304/10
Centro - Tel.: 222-3367

Os Estados Unidos continuam sendo nossos maiores compradores, responsáveis pela importação de 42% de nossos produtos exportados, conforme dados estimados pela Promoexport-RN, que cita também o Mercado Comum Europeu como o segundo maior comprador (35%). Nesse caso específico, destacam-se, por ordem de importância (levando-se em consideração aí o valor comercializado), a Holanda, Bélgica, Itália, França, Alemanha Ocidental, Portugal e Reino Unido. A Europa Oriental importa 10%, seguida do Canadá (5%) e outros blocos econômicos de participação não tão significativa.

Os empresários norte-rio-grandenses defendem, com a maior urgência, o funcionamento do Porto de Natal, já que o embarque de nossas mercadorias para o exterior tem de ser feito através de portos de Es-

tados vizinhos, de aeroportos e mesmo por via terrestre, onerando bem mais os produtos e, conseqüentemente, diminuindo o poder de concorrência dos produtos do RN. No momento, o maior volume dos produtos é embarcado pelo Porto de Fortaleza (50%), Cabedelo, na Paraíba (25%) e Recife (10%). O restante fica distribuído pelos demais portos e aeroportos do País, totalizando 16%.

Há, inclusive, interesse dos exportadores do Estado, juntamente com o Porto, Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), Associação dos Exportadores do Rio Grande do Norte, Promoexport e Agentes Marítimos, para que neste ano de 1990 o Porto de Natal passe a funcionar, de forma que atenda satisfatoriamente a classe empresarial do Rio Grande do Norte (*Cione Cruz*). □

ca. Se não o fizer em tempo hábil, permanecerá no governo e interromperá por quatro anos sua carreira política que começou ainda menino de calças curtas, nos idos de 50, quando era conhecido como "menino prodígio" da extinta UDN.

DECISÃO — Melo terá que tomar uma decisão amadurecida. Se pensar somente em seu projeto político pessoal deixará o governo e pleiteará um mandato eletivo para a Câmara Federal ou o Senado da República. Mas esta não é a única alternativa. Ele tem compromissos com seus aliados e correligionários. O seu projeto pessoal deverá ser sacrificado desde que ele consiga a unidade das forças que lhe dão apoio e vislumbrem chances de eleger o seu sucessor em outubro vindouro.

A sua posição de ser ou não candidato, passa necessariamente pelos diretórios regionais do PMDB e do PL que embora aliados do governo nunca se entrosaram em termos políticos, principalmente no interior do Estado, onde as divergências provincianas dificultam a convivência entre os partidários do PMDB e do PL. As bases políticas dos dois partidos nunca se uniram para desespero do governo do Estado, que investiu na unidade dos dois visando obter maioria na Assembléia e respaldo político para sua gestão à frente do Palácio Potengi.

DIFICULDADES — O primeiro obstáculo do governador ao seu projeto de desincompatibilizar-se para disputar um cargo eletivo em novembro, é o seu aliado, o PL, que

SUCCESSÃO

Sair ou ficar, drama de GM

O governador Geraldo Melo tem até abril para decidir se renuncia ao governo para concorrer a uma vaga na Câmara Federal ou no Senado. As pressões são para que continue

Quando cessarem os tambores do Reinado de Momo e silenciarem os sinos da Quaresma, o governador Geraldo Melo terá que decidir o seu destino político. O seu dilema hoje é ser ou não ser candidato no pleito de outubro vindouro. Ficar ou sair do Palácio Potengi para dispu-

tar um cargo eletivo ou permanecer até o dia 15 de março de 1991, quando passará o governo para o seu sucessor.

Mas, a decisão terá que ser tomada até o dia 2 de abril próximo. Seis meses antes do pleito. Ele disputaria uma vaga na Câmara Federal ou uma cadeira no Senado da Repúbli-



Flávio: virtual candidato ao governo do Estado



Geraldo Melo: ser ou não ser, eis o dilema

deseja vê-lo no governo conduzindo a candidatura do deputado Flávio Rocha ao governo do Estado. O próprio deputado já fez declarações nesse sentido. Somente será candidato se Melo continuar no governo ou se renunciarem ele e Garibaldi Alves para assumir o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Vivaldo Costa. O PL só confia em Melo ou Costa no Palácio Potengi.

A bancada do PL na Assembleia também tem a mesma disposição. Se for candidato, Melo terá de convencer Garibaldi Alves a renunciar também, o que não será uma tarefa fácil. O grupo Alves deseja os onze meses de governo durante a campanha eleitoral. O ministro Aluísio Alves já fez chegar o seu desejo ao próprio irmão, o atual vice-governador, mesmo interrompendo por mais quatro anos a carreira política do ex-deputado e ex-prefeito de Natal, Garibaldi Filho.

O OBSTÁCULO — Se preferir continuar no governo para fazer seu sucessor, o governador Geraldo Melo apenas trancará a sua vida pública por quatro anos e cortará, no nascedouro, a candidatura do seu irmão Pedro Melo à Câmara Federal. Mas este é um problema familiar que será resolvido sem maiores dificuldades. Para sair é que são difíceis as soluções. Como Melo já disse que Lavoisier Maia ficou no governo, elegeu



Aluísio Alves não abre mão

o sucessor e depois foi eleito senador, é um sintoma que ele poderá ficar agora, para ressurgir mais na frente com força total. Se sair em abril ele tem um pequeno elenco de obras a mostrar. Se continuar poderá concluir as que estão em andamento e ainda dispõe de tempo para recuperar a sua impopularidade, com um razoável volume de obras alicerçado por uma campanha publicitária mostrando ao povo porque é que o seu governo é do povo (João Batista MACHADO). □

crito no PDT, e lançado por este partido como candidato ao governo até mesmo com a presença de Agripino no páreo. Como JA costuma dizer que política "se faz com afinidade", o seu candidato ao governo seria o primo Lavoisier que se sacrificou em 82, ficando no Palácio Potengi para batalhar por sua eleição.

Dificilmente sendo ministro, Agripino apoiaria o deputado Flávio Rocha, tendo em vista sua aliança com o governador Geraldo Melo. Rocha, que iniciou sua vida pública pelas mãos do senador, ficou apenas seis meses no PFL e, em seguida, fundou o PL e se aliou ao governo do Estado. Após ter caído nos braços do governo Geraldo Melo, o deputado Flávio Rocha perdeu a confiança do grupo Maia que aceitou-o em seus quadros para disputar a Câmara Federal em 86.

INDICAÇÃO — Os jornais da cidade têm especulado a respeito da indicação de Agripino para ministro, transcrevendo notícias veiculadas nos principais jornais do País. Enquanto no Sul especula-se a sua indicação por méritos próprios, na província se aponta como seu fiador o deputado Flávio Rocha, que almeja Agripino como ministro sonhando com o Palácio Potengi. Se Agripino for ministro, será pelos laços de amizade que o unem ao presidente eleito, desde 79, quando os dois foram prefeitos nomeados de Maceió e Natal.

Agripino não precisa de interme-

POLÍTICA

Ser ou não ser ministro

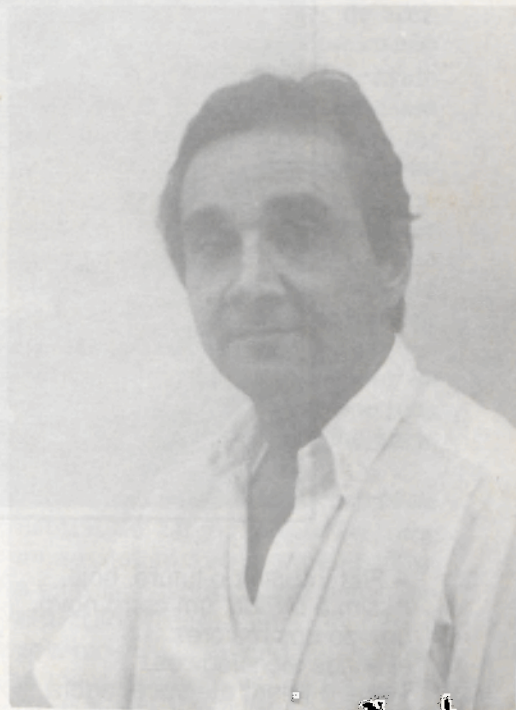
Pressões de lideranças políticas de todo o RN têm chegado ao senador José Agripino para que dispute a sucessão de Geraldo Melo e não aceite ser ministro de Collor

Se o senador José Agripino não tivesse compromisso assumido com seu grupo político para disputar o governo do Rio Grande do Norte e, se fosse convidado pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello, seu amigo, aceitaria de pronto fazer parte do seu Ministério, até porque seria o coroamento precoce da sua curta, mas, vitoriosa carreira política.

Quando firmou seu apoio ao ex-governador de Alagoas, o senador Agripino disse ao presidenciável que seria candidato ao governo do Rio

Grande do Norte, atendendo a convocação dos seus correligionários. Collor concordou com sua pretensão. Conhecendo já o seu destino político, não iria convidá-lo para ser ministro apenas por dois ou três meses, até o prazo fatal das desincompatibilizações.

MINISTRO? — Se José Agripino renunciar à pretensão de concorrer ao governo do Estado, para ser ministro, o candidato do seu sistema político seria, inegavelmente, o senador Lavoisier Maia, hoje ins-



Agripino: Se faz com afinidade



Lavoisier pode sair candidato ao governo do Estado

diário para chegar a Fernando Collor. Quando prefeito de Maceió, Collor veio várias vezes a Natal participar de inaugurações de obras de Agripino. Por sua vez, JA participou, também, em Maceió, de inaugurações de Collor. A amizade entre Collor e Agripino foi feita pelo ir-

mão do presidente eleito, Leopoldo Collor de Mello, quando era diretor da Rede Globo para o Nordeste, em Recife. A partir daí a afinidade solidificou-se. Collor chegou a vir a Natal, em missão secreta de Paulo Maluf, tentar demover Agripino de apoiar Tancredo, num esforço de-

esperado, devido a amizade entre os dois. Apesar do esforço de Collor, Agripino fechou com Tancredo Neves e José Sarney.

DISPUTA — Se Agripino for ministro, apesar das evidências em contrário, o grupo Maia partiria enfraquecido para a sucessão do governador Geraldo Melo. A atitude do senador Lavoisier Maia em apoiar Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, no segundo turno, não foi bem recebida no interior do Estado. O progressismo repentino do senador assustou aos correligionários mais conservadores, principalmente os proprietários de terras e os empresários.

Mas, mesmo assim, Agripino afastado do páreo, o senador Lavoisier Maia pode sonhar em sentar na giroflex do Palácio Potengi, a partir de 15 de março de 1991. Como ministro ele teria condições não somente de carrear recursos para a Prefeitura de Natal como aglutinar em torno de si, lideranças políticas que gravitam em torno do fisiologismo político. Ministro de um Estado pequeno e pobre como o Rio Grande do Norte exerce um fascínio irresistível sobre a classe política (**JBMACHADO**). □

UM PASSO À FRENTE



A Fiat trabalha o futuro, hoje. Assim é o Elba, um carro novo, dotado dos maiores avanços tecnológicos. Traga o futuro até você, agora. Elba, o seu carro novo, hoje.

FIAT **39**
MUDANDO PARA VOCÊ MUDAR.

Piasa CONCESSIONÁRIA **FIAT**
Automóveis s.a.

Av. Salgado Filho, 1669 - Fone: 222-1588

Leônidas Ferreira

Melo não tem credibilidade

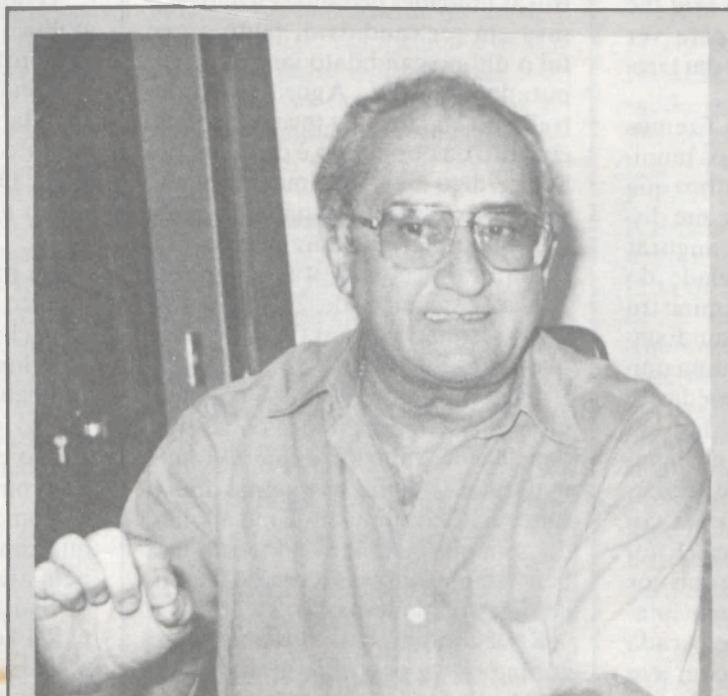
O secretário de Saúde do Município, deputado Leônidas Ferreira, diz que Geraldo Melo não tem credibilidade para dizer quem trabalhou ou deixou de trabalhar pelo RN

A candidatura do senador José Agripino Maia ao governo do Rio Grande do Norte é imbatível e ela é resultado da vontade das lideranças políticas e do povo. Mesmo com um candidato do PMDB ao governo, o nome de Agripino continuará na preferência do eleitorado porque "o atual governo está desgastado e sem credibilidade".

Essa análise é feita pelo secretário municipal de Saúde, deputado Leônidas Ferreira, de 55 anos. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, turma de 63, Leônidas Ferreira cumpre o seu segundo mandato de deputado estadual e ainda não decidiu se será candidato à reeleição. "Estou consultando os amigos para saber que caminho tomar", disse.

Na semana passada o deputado recebeu os jornalistas Edilson Braga, João Batista Machado e Bernadete Cavalcante no seu amplo apartamento da Getúlio Vargas para uma longa entrevista ao **RN/Econômico**. Casado pela segunda vez, pai de cinco filhos, Leônidas anunciou o seu afastamento da Secretaria da Saúde para o final deste mês por puro cansaço. "Cansei e não consegui acompanhar os passos da prefeita Wilma Maia", disse Leônidas.

Na longa entrevista, Leônidas faz a defesa da administração da prefeita Wilma Maia, apesar de achar que faltou competência à equipe para divulgar as obras realizadas nesse primeiro ano de administração. Se-



Leônidas: "Essas questiúnculas só acabam quando houver uma mudança de mentalidade nos políticos"

gundo o secretário da Saúde, Wilma pegou uma Prefeitura, "verdadeira terra arrasada", sem oferecer as mínimas condições para se administrar. Disse o deputado que o primeiro ano do mandato de Wilma foi só para pagar as contas deixadas pelo então prefeito Garibaldi Alves Filho.

Mas Leônidas confia na capacidade administrativa da prefeita: "Wilma ainda tem três anos de mandato e nesse período ela vai fazer uma excelente administração". Leônidas justifica esse seu otimismo com base na "disposição para trabalhar e na inteligência da prefeita". O auxiliar da prefeita reconhece que se a máquina administrativa fosse enxugada, com a demissão da metade dos funcionários, a situação da Prefeitura seria outra. "Mas criaríamos um problema social seríssimo". Abaixo

a íntegra da entrevista.

RN/Econômico — Como foi que o senhor trocou a medicina pela política? Como isso aconteceu?

Leônidas — Lavoisier Maia, assumindo o governo do Estado e sendo ele meu colega da Maternidade Januário Cicco, inicialmente convidou Araken Irerê Pinto para ser secretário da Saúde, mas ele não aceitou. Num conversa entre os dois saiu o meu nome para a Secretaria da Saúde, isso em 1979 durante almoço na casa de Lavoisier, com Araken presente.

RN/Econômico — E aí, gostou...

Leônidas — Me preocupei muito porque na hora eu achava que não tinha condições de aceitar o cargo porque eu não

conhecia bem a estrutura. Eu era um professor universitário, que é um trabalho bem diferente do que se faz na Secretaria da Saúde, mas Lavoisier me disse que, como ex-secretário da pasta, poderia também me ajudar a administrar a Saúde. Como ele disse que ia me ensinar a dar os primeiros passos, eu aceitei ser secretário.

RN/Econômico — Mas como foi que o senhor realmente entrou para a política? Quem foi que lhe encaminhou?

Leônidas — Foi uma decorrência natural do cargo, já que eu tinha muito contato com os prefeitos. Tive a felicidade de fazer uma boa administração e conseguimos, durante o governo de Lavoisier Maia, levar para todos os municípios do Rio Grande do Norte pelo menos três unida-

des de saúde. Isso foi um desafio grande que a princípio o próprio Ministério da Saúde não acreditava que nós tivéssemos condição de, em tão pouco tempo, ser o primeiro Estado da Federação a implantar o Sistema de Saúde em todos os municípios.

Naquela época apenas 50% das cidades do Estado é que dispunham de assistência médica, de alguma unidade de saúde. Eu levei o projeto para o então ministro da Saúde, Valdir Arcoverde e ele me disse: "Olha, se você conseguir isso, vai ser o RN o primeiro Estado a conseguir e eu vou lhe dar condições, mas vou lhe dar um prazo de um ano para ver o seu desempenho e a partir daí terei uma outra conversa".

Dentro dessas condições fizemos unidade de saúde em todos os municípios e distritos e eu me lembro que o ministro Valdir Arcoverde me disse que fazia questão de inaugurar pessoalmente a última unidade do Estado e "para mim, como ministro da Saúde, é um orgulho ter um Estado onde se conseguiu fazer uma universalização da assistência médica". E realmente ele veio aqui. Foi em Carnaúba dos Dantas onde ele inaugurou a última unidade de saúde, fechando os 151 municípios em cobertura de assistência médica. E foi também nessa oportunidade que nós enfrentamos um desafio maior ainda, colocando um médico em cada município. Foi o que marcou, em termos de saúde, o governo de Lavoisier Maia, levar assistência médica a todos os municípios do RN.

Então havia esse contato direto, e eu gostava muito de viajar, como sertanejo sempre gostei muito do interior, era muito bom. Viajava muito inaugurando obras e sem colocar uma placa e nos contatos com as lideranças políticas foi surgindo o meu envolvimento com a política partidária. Quer dizer, a política de saúde me levou para a política partidária, mas eu resisti muito a me candidatar. Na época Lavoisier, Wilma Maia e o próprio Tarcísio Maia, num almoço na casa de Lavoisier insistiram muito para que eu fosse candidato a deputado estadual e eu não aceitei de imediato.

Tem um exemplo interessante dos coronéis que você conhece, e o Chiquinho Germano sempre simpatizou muito com a minha candidatura. Ele queria que eu me candidatasse e queria ser o grande encaminhador da minha candidatura na Região Oeste e eu disse que não seria. Então

ele me perguntou se podia apoiar Getúlio Rego e eu disse que sim. Posteriormente eu aceitei ser candidato por pressão de Lavoisier Maia, Wilma e Tarcísio Maia e por curiosidade perdi o apoio de Chiquinho Germano na minha primeira eleição.

RN/Econômico — Então o senhor aproveitou toda a máquina da Secretaria da Saúde que estava à sua disposição para dar os primeiros passos na política?

Leônidas — Não. Eu não aproveitei a máquina. Quando eu construí as unidades de saúde eu não pensava em ser candidato, tanto é que fui o último candidato lançado a deputado estadual. Agora, teve um trabalho que fiz, que teve o reconhecimento da população e da classe política e digo mais, fiz uma campanha sem recurso nenhum, não tive quem me ajudasse financeiramente e fui o deputado mais votado naquela época, com mais de 24 mil votos. Foi o resultado de um trabalho sério que realizei.

Para você entender realmente como pode-se fazer política com seriedade e com trabalho, é que a grande maioria dos prefeitos que me apoiaram em 82 continua hoje me apoiando, sem que eu tenha dado nenhuma benesse pessoal ou oferecido à família deles qualquer coisa.

RN/Econômico — Quando perguntamos se o senhor tinha usado a máquina administrativa para se eleger deputado foi porque na época, a oposição lhe acusou exatamente desse procedimento.

Leônidas — É natural que a oposição tenha dito isso. Agora, a resposta que eu posso dar é de um trabalho sério, um trabalho que foi reconhecido não só pela população que me elegeram, mas por todos os órgãos oficiais do país e do exterior. Você sabe que pelo meu trabalho na Secretaria da Saúde é que fui reconduzido no governo José Agripino por indicação dos organismos internacionais e do Ministério da Saúde. Por que? Porque se fazia um trabalho sério, com projetos viáveis, exequíveis e isso fez com que o povo votasse em mim.

Há um equívoco muito grande quando se pensa que você, usando a máquina, pode ganhar uma eleição. O povo sabe votar, engana-se quem pensa que o povo não sabe votar. Você viu a última eleição para presidente da República, com o povo votando nos candidatos que bem quis. Foi o caso de Lula, que não

tinha nada a oferecer, a não ser um passado de luta, de honestidade, um passado político sério.

Quem deseja participar da vida política e com disposição para trabalhar seriamente tenho certeza que o povo reconhece. Você observa que tem muito político aí que está usando a máquina e não vai se eleger amanhã.

RN/Econômico — Com a sua entrada para a vida pública, quem perdeu e quem ganhou? A medicina perdeu um grande médico e a política ganhou um grande profissional?

Leônidas — Eu não sou um bom político, honestamente. Eu sou mais um profissional de saúde e acho que me realizei como secretário da Saúde e talvez não tivesse me realizado tanto como professor de Ginecologia e Obstetrícia. Hoje me realizei como um profissional da saúde pública.

Na minha vida profissional como médico talvez eu tivesse passado 50 anos clinicando e jamais atingiria em atendimento médico, o que atingi na campanha de vacinação, quando num dia só vacinamos 300 mil crianças. Então eu acho que a minha realização como profissional foi exatamente como secretário da Saúde, pelo que consegui fazer e principalmente pela ajuda que obtive do Ministério da Saúde e dos governos a que servi.

RN/Econômico — Que radiografia o senhor faria da saúde pública hoje no Rio Grande do Norte?

Leônidas — A situação de saúde do povo do Estado, do país todo, está dentro do contexto econômico que o país atravessa. Não há saúde sem um bom salário. Setenta por cento da população hoje estão com um subemprego e então vai muito mal. Essa é uma razão. A outra é a falta de decisão política do governo em relação à saúde pública.

Durante mais de vinte anos se trabalhou para implantar o Sistema Único de Saúde do país e nós trabalhamos também como secretário e como membro do Conselho Nacional de Secretários de Saúde do Brasil, lutamos tanto para a implantação do Sistema Unificado de Saúde, vimos com muita tristeza o governo de Sarney, irresponsavelmente, lançar o Suds — Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde. Então o Suds foi implantado irresponsavelmente porque não tinha uma lei que amparasse a sua execução. Teria que haver a unificação dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social,

teria que haver uma lei que obrigasse o repasse de recursos para os Estados.

Foi implantada uma reforma mais por necessidade política partidária do que pela necessidade que se impunha e que se impõe pela política de saúde. Daí o fracasso total do Suds no país todo e como ele está levará ao fracasso o Sistema Unificado de Saúde. Espero que o governo tenha a sensibilidade suficiente para unificar a saúde pública, e entregar aos municípios a execução real da política de saúde. Esse nunca foi o desejo do governo Sarney implantar o Suds, já que ele colocou um ministro da Saúde que era favorável ao Suds mas botou na presidência do Inamps, que tem a chave do cofre, uma pessoa que era contra. Se o dono do cofre, que tem a chave na mão, era contra a remessa de recursos para os Estados e municípios, como era que o Suds podia funcionar? O resultado está aí: os Estados, sem dinheiro, as Prefeituras também e as unidades praticamente fechadas e sem medicamentos. Enfim, eu vejo a situação da saúde no país muito pior do que há quatro ou cinco anos atrás.

RN/Econômico — Qual a grande diferença nos dois períodos em que o senhor foi secretário da Saúde e hoje, no governo Geraldo Melo?

Leônidas — A grande diferença é de recursos. O volume de recursos que nós recebíamos era muito pequeno e não tínhamos recursos para manutenção, porque o Ministério da Saúde só mandava para construção. E é muito fácil você construir e equipar, mas o caro é a manutenção. Então caracterizaram-se esses dois períodos por recursos realmente suficientes para construir, para equipar, mas todo o ônus era entregue ao Estado para a manutenção. Atualmente o governo, além de recursos para a construção manda também para a manutenção.

Agora, a pergunta é a seguinte: Será que hoje funciona melhor do que ontem? Eu acho que não, porque as unidades de hoje são muito mais precárias no seu funcionamento do que anteriormente. Veja a crise do Walfredo Gurgel, que realmente é um hospital difícil de se manter, que requer um volume muito grande de recursos para a sua manutenção e hoje está numa crise aguda que nunca teve.

Nós temos de reconhecer que no governo de Lavoisier Maia o Wal-

fredo passou por uma crise muito grande, mas pelas informações que tenho hoje está bem pior. Nunca chegou a uma situação, nos governos passados, como chegou atualmente.

RN/Econômico — Especificamente no município de Natal, a situação também é caótica?

Leônidas — Sobre Natal posso dizer o seguinte: Natal foi uma cidade onde nós, em 79 até 86 fizemos um trabalho de dividir a cidade em áreas de saúde. Fizemos uma programação para que Natal tivesse distritos de saúde. Por exemplo: a Asa Norte teria um distrito de saúde e ele teria que ter equipamento de saúde que tornasse independente todo o distrito. Só casos específicos seriam encaminhados aos hospitais especializados, mas as outras patolo-

“Eu acho que a politicagem atrapalha em todos os setores. Tem de haver uma conscientização de que o Estado tem de continuar. Ele não pertence a qualquer grupo político. A administração hoje de Wilma Maia não é dela, pertence ao povo de Natal. Se os programas A, B ou C foram instituídos por Garibaldi, mas que são bons, então tem mais é que se estimular esses programas.”

gias seriam resolvidas naquele distrito.

Nós conseguimos naquela época dinheiro para construir o Hospital de Santa Catarina para que todos os problemas de pronto socorro fossem resolvidos lá mesmo. Construímos em quase todos os bairros da Zona Norte Centros de Saúde: Redinha, Gramoré, Nova Natal e Potengi. Então formamos uma estrutura de saúde lá, chamado de distrito de saúde, para que a população que mora na Zona Norte tivesse condições de ser tratada lá mesmo. Isso foi válido para outros bairros de Natal, onde nós começamos a construir pequenas maternidades e pequenos

prontos-socorro. Construímos nas Quintas, na Cidade da Esperança, Jiquí e Pirangi, enfim, para tornar independente em termos de assistência médica primária e secundária, determinadas áreas de Natal.

Então, Natal tem hoje uma estrutura de saúde razoavelmente boa, em termos de estrutura física. Um reparo que quero fazer é com relação à criação da Secretaria da Saúde do Município, que no meu entendimento foi uma irresponsabilidade da administração passada.

RN/Econômico — Por que?

Leônidas — Primeiro porque já estava definido que a Prefeitura de Natal ia receber todo o acervo de saúde, quer dizer, a municipalização das ações de saúde. Então, se já ia receber uma estrutura completa do Estado em termos de saúde, devia realmente criar um órgão para administrar isso aí, mas criar uma Secretaria da Saúde para construir unidade de saúde, e o que é pior, sem a mínima condição de recursos? Para você ter uma idéia, o orçamento da Secretaria da Saúde do Município, que foi feito para 89 no governo passado, era de 0,9% do orçamento da Prefeitura. Quer dizer, 400 mil cruzados. Ora, 15 unidades serem administradas com 400 mil cruzados era para fechar mesmo.

No meu entendimento devia ter se criado a Secretaria Municipal de Saúde para receber apenas o acervo do Estado, para cuidar da parte administrativa, mas não para construir postos de saúde que, por sinal, dos 15 postos quatro são inviáveis para funcionar como tal pela sua estrutura física. Em função dos pré-moldados construídos pela Futura não têm a mínima condição de ser um posto de saúde. Pela estrutura dos pré-moldados, tudo que se conversa nos consultórios médicos quem está do lado de fora participa e não há condição de consertar aquilo ali. Então eu acho que foi uma criação política da Secretaria da Saúde sem dar as mínimas condições de sua manutenção.

Quando assumi a Secretaria da Saúde, o Suds repassava para a Prefeitura 140 mil cruzados novos. É uma piada. Só de pessoal se pagava 500 mil cruzados novos e a Prefeitura teve de arcar com todas essas despesas.

RN/Econômico — Qual é a saída para mudar esse quadro negro que o senhor pintou da saúde de Natal e do Rio Grande do Norte?

Leônidas — Que se unifique a Previdência Social, Inamps e Ministério da Saúde e que se dê aos municípios a gerência das ações de saúde, mas com a ajuda financeira, treinamento de pessoal e o mais importante, um plano de cargos e salários para o pessoal da saúde. Só se pode fazer isso com a aplicação correta da distribuição dos recursos do Inamps, Ministério da Saúde, Governo do Estado e Prefeitura.

RN/Econômico — O senhor, na sua gestão, implantou o médico da família. O programa funcionou algum tempo e depois parou. O que é que deu errado no programa?

Leônidas — A primeira coisa a esclarecer é que a idéia do médico da família não foi minha. Eu copiei a idéia de Cuba, país que visitei e adaptei a Natal. Também estive na Nicarágua e no México onde têm programas parecidos com o médico da família. O governador José Agripino, quando assumiu o governo, recomendou que houvesse participação da comunidade não somente na administração, mas principalmente na elaboração dos programas de saúde e exatamente aí foi que eu, depois dessas viagens, juntamente com a minha equipe, elaboramos o programa médico da família, que consistia em delimitar uma área de atendimento médico para cada unidade, com a equipe dando tempo integral. Nessa área delimitada parte dela seria atendida pelo mesmo médico.

Então se fez o cadastramento das famílias, visitavam-se as residências para os chamados atendimentos individuais. Com isso passou-se a ter um relacionamento muito forte entre a unidade médica e a comunidade. Nós fazíamos uma reunião mensal para a discussão dos problemas de saúde do bairro e, juntos, elaborávamos as soluções para os problemas.

O programa médico da família realmente recebeu todo o apoio do Ministério da Saúde, que viu nele uma das soluções para o atendimento da população mais carente. Tanto é que, após a implantação em Brasília Teimosa das primeiras unidades, técnicos do Ministério da Saúde vieram a Natal examinar o programa e participaram das reuniões com a comunidade. Depois disso fui chamado a Brasília pelo ministro, quando ele me fez um relato do que ouviu dos técnicos e me fez o apelo para que investíssemos mais nisso, com o seu compromisso de nos ajudar a

expandir o programa em Natal.

Não somente o Ministério da Saúde, mas também veio a Natal uma equipe de técnicos da Opas — Organização Panamericana de Saúde —, o vice-ministro da Saúde da China e com os recursos que conseguimos dessas comunidades expandimos o programa para diversos bairros de Natal: Redinha, Nova Natal, Cidade Nova e Gramoré. O interessante desse programa é que o médico visitava os bairros de bicicleta e o que era gratificante é que o médico tratava os moradores do bairro pelo nome. Havia uma intimidade muito grande entre o médico e os pacientes, o que não existe mais hoje. No atendimento ambulatorial que é feito hoje não existe nenhuma identificação entre médico e paciente.

Então esse programa teve um sucesso muito grande. Agora, por que parou? Porque tinha o carimbo do governo José Agripino. Infelizmente ainda existe isso. Não se procura saber a finalidade do programa, os benefícios feitos à população. O que se procura saber é quem fez. Foi José Agripino, então pára, porque é a cara de Agripino, é a cara de Leônidas.

RN/Econômico — Mas o programa chegou ao interior?

Leônidas — Não. Foi feito somente em Natal.

RN/Econômico — Por que não foi estendido ao interior?

Leônidas — Porque não houve tempo. Você tem de ter uma equipe treinada, dispor a realmente andar de bicicleta pelos bairros.

RN/Econômico — Os custos são altos?

Leônidas — Não, pelo contrário. O que é o custo de saúde? É o que você gasta com as doenças. O médico da família acabou com isso. Ninguém tinha mais sarampo, tuberculose ou outras doenças nos bairros. Eu me lembro de um fato interessantíssimo: eu estava no gabinete e recebi um telefonema comunicando o surgimento de um caso de sarampo em Brasília Teimosa. Ora, isso era corriqueiro em todo lugar, mas numa comunidade que se conscientizou de que tinha de vacinar as crianças contra o sarampo e de repente apareceu um caso? Fomos para lá e descobrimos que tinha sido uma criança que veio do interior já com sarampo.

RN/Econômico — O senhor não acha que essas questões políticas atrapalham não só no campo da saúde, mas também no econômico?

Leônidas — Claro. Eu acho que a politicagem atrapalha em todos os setores. Tem de haver uma conscientização de que o Estado tem de continuar, ele não pertence a qualquer grupo político. A administração hoje de Wilma Maia não é dela, pertence ao povo de Natal. Se o programa A, B ou C foram instituídos por Garibaldi, mas que são bons, então tem mais é que se estimular esses programas.

Que atrapalha, isso é verdade, mas é um processo lento. Essas questões só acabam quando houver uma mudança de mentalidade nos políticos e nos administradores, que eu creio que ainda vai se levar um bom tempo para se resolver.

RN/Econômico — A Secretaria da Educação do Estado sempre foi uma pasta política. Eleger Romildo Gurgel, Grimaldi Ribeiro e João Faustino. A Saúde também é uma pasta política?

Leônidas — Toda Secretaria, onde você tem um contato direto com a população, há uma tendência natural do administrador se transformar de repente num político. Foi o meu caso. Resisti muito a sair candidato, mas chega a uma situação que você não pode mais fugir. Hoje 99% dos secretários de Saúde são candidatos. De todos os Estados da Federação apenas dois ou três secretários não vão ser candidatos na eleição de 3 de outubro. Na verdade há um envolvimento pela participação direta com o povo e o grupo a que você pertence acha que você tem condições de somar votos para o partido.

RN/Econômico — Com relação às eleições de outubro, o senhor está no meio dos 99% dos secretários que são candidatos?

Leônidas — Eu tenho que pensar e muito. Realmente passei dois anos sem participar de nenhum evento no interior. Não participei da campanha de prefeitos do interior. Na verdade eu não tenho vocação para ser legislador, prefiro muito mais a parte executiva e veja que preferi ser secretário pela terceira vez a ser deputado.

Vou viajar e estou deixando a Secretaria de Saúde do Município no final do mês para conversar com os meus amigos. Todos nós temos um guru político e eu tenho o meu, que é Chiquinho Germano. Vou conversar com Chiquinho e verificar a conveniência da minha candidatura.

RN/Econômico — Por que o senhor está deixando a Secretaria da

Saúde?

Leônidas — Estou cansado. Participei de uma campanha para prefeito de Natal, com terríveis dificuldades, stress em cima de stress, tendo de enfrentar toda dificuldade de ordem financeira e depois participar de uma administração de terra arrasada onde eu nunca vi tamanha irresponsabilidade administrativa, e olhe que eu não tenho nada contra o prefeito anterior em termos pessoais, que é uma figura humana incrível. Agora, como administrador é um criminoso.

Passamos um ano pisando em casca de banana e cada passo dado você encontrava uma dificuldade para equacionar, e aí eu cansei.

RN/Econômico — Mas o senhor não está saindo exatamente no prazo que a prefeita deu para quem é candidato deixar os cargos?

Leônidas — Eu já tinha entregue o cargo em dezembro. Não foi pelo prazo que a prefeita deu. Eu sairia de qualquer maneira agora.

RN/Econômico — A sua saída não será para servir de ponte entre a prefeita Wilma Maia, o senador Lavoisier Maia e o senador José Agripino na tentativa de aparar as divergências?

Leônidas — Não precisa de ponte entre Wilma, Lavoisier e José Agripino. Hoje cada um está no seu partido, mas se entendem. Quem estiver apostando na desagregação entre eles vai perder a aposta. Quem está apostando muito nisso é a família Alves, que está muito desagregada e quer fazer com que haja isso também na família Maia.

Não vai haver desagregação. A família estará junta na sucessão estadual; o candidato ao Governo do Estado será José Agripino, é uma candidatura por geração espontânea, pelas lideranças políticas e não há porque contrariar essas correntes que querem José Agripino governador do Estado.

Lavoisier Maia é um homem bom e sempre digo que ele é um político com o coração maior do que o corpo. Tenho a absoluta convicção e certeza de que os Maia marcharão juntos na campanha deste ano. Lavoisier com a sua liderança; Wilma com a sua liderança vão se somar à de José para ganharem a campanha para governador.

RN/Econômico — Então o senador Lavoisier Maia não será candidato a governador?

Leônidas — Tenho certeza absoluta que ele não será candidato.

RN/Econômico — O senhor fala muito no senador José Agripino, mas a sua entrada para a vida pública se deu pelas mãos do senador Lavoisier Maia. Como é que se deu essa mutação?

Leônidas — Como o senador Lavoisier Maia entrou na política pelas mãos de Tarcísio Maia. Acho que não há nada de mais. Nós somos grandes amigos, quero um bem enorme a Lavoisier mas quando decidi sair do PDS as primeiras pessoas a saberem foram Lavoisier Maia e Wilma Maia. Foi durante um almoço que eu expliquei as minhas razões para sair do PDS e eles entenderam, como Lavoisier explicou a Tarcísio a sua entrada para o PDT. E isso não implica na quebra de uma amizade.

RN/Econômico — A imprensa lo-

"Bom, eu acho que o governador Geraldo Melo se elegeu pela sua competência, pelo seu discurso e pelo Plano Cruzado. Hoje Geraldo só tem a competência. Não tem discurso e nem tem o Plano Cruzado e fica muito difícil uma eleição hoje de Geraldo pelo desgaste de seu governo, principalmente porque ele nada realizou ou pouco realizou. Geraldo tem hoje quase todo o funcionalismo contra".

cal tem dito que o deputado federal Flávio Rocha está lutando junto ao presidente eleito Fernando Collor de Mello para fazer o senador José Agripino ministro de Estado. Até que ponto isso é verdade e até que ponto o deputado tem força para conseguir o seu intento?

Leônidas — Eu não sei da força que o deputado Flávio Rocha tem junto a Collor de Mello. O que sei é que o senador José Agripino se tiver de ser ministro o será pelos seus valores pessoais e mais: ele é o candidato a governador do Estado. Não pretende ser ministro porque as pressões têm sido muito grande para que o seu caminho seja o Governo

do Estado.

RN/Econômico — O senhor acredita que haja uma conversa entre Lavoisier e Wilma Maia e o grupo Alves, em função dessas divergências momentâneas do grupo Maia?

Leônidas — Não acredito e não há essa possibilidade. Na verdade alguns órgãos da imprensa estão explorando isso aí tentando dividir a família, já que a deles está dividida. Mas afirmo a você, com segurança até pela participação que tenho junto a eles, que a família vai marchar junta.

RN/Econômico — Nem em nome da reedição de uma nova paz pública seria possível essa aproximação?

Leônidas — É inviável haver paz pública com a família Alves. É inviável a união de qualquer membro do grupo Maia com a família Alves.

RN/Econômico — Candidatos ao Governo do Estado, quem teria mais condições de se eleger, o senador Lavoisier Maia? O senador José Agripino ou o deputado Flávio Rocha?

Leônidas — O grupo Maia, seja Lavoisier, seja José Agripino, tem condições de eleger o seu candidato. Eu não vejo, apesar de respeitar o deputado Flávio Rocha, condições eleitorais para ele ser governador do Estado. Se vier uma candidatura através do governo Geraldo Melo e da família Alves, com o desgaste que o grupo tem hoje no interior, não vejo viabilidade nenhuma nessa candidatura.

RN/Econômico — Quer dizer que o senhor não acredita na força política do governador Geraldo Melo para eleger o seu sucessor?

Leônidas — Nem o governador acredita.

RN/Econômico — A força do deputado Flávio Rocha é mais financeira do que política?

Leônidas — E bem mais financeira do que política. E Flávio e todos nós sabemos. Nós que conhecemos o interior, as lideranças, os prefeitos estão hoje ligados a Flávio Rocha e até alguns deputados, todos sabem que esse povo torce por José Agripino e vai votar em José. Se houver uma disputa para o Governo do Estado entre Flávio Rocha e José Agripino a grande maioria vai votar em José. Então eu não vejo viabilidade na candidatura de Flávio e acho pessoalmente que ele não vai entrar nessa aventura.

RN/Econômico — Vai haver uma vaga agora para o Senado Federal. Entre o senador Carlos Alberto e o

governador Geraldo Melo quem tem mais chances de ganhar a cadeira de senador?

Leônidas — Bom, eu acho que o governador Geraldo Melo se elegeu pela sua competência, pelo seu discurso e pelo Plano Cruzado. Hoje Geraldo só tem a competência. Não tem discurso nem tem o Plano Cruzado e fica muito difícil uma eleição hoje de Geraldo pelo desgaste de seu governo, principalmente porque ele nada realizou ou pouco realizou.

Geraldo Melo tem hoje quase todo o funcionalismo contra, tem a militância dos professores, tem os próprios correligionários que foram desprestigiados no seu governo e tem, o que é pior, a desesperança do povo no seu governo, pelo que ele prometeu no seu discurso, na sua plataforma de governo. Com tudo isso, eu acho Geraldo Melo profundamente desgastado e terá dificuldade de se eleger senador do Rio Grande do Norte. Acho que ele não se elegerá senador.

RN/Econômico — E Carlos Alberto?

Leônidas — Vai depender muito do esquema que o apoie. Se Carlos Alberto não tiver um esquema forte na sua retaguarda ele terá dificuldade na eleição.

RN/Econômico — E o seu candidato quem é?

Leônidas — O meu candidato é o candidato que foi apresentado pelo grupo político. Nós temos bons nomes: Dix-huit Rosado; Ney Lopes de Souza, o próprio Carlos Alberto e o deputado Iberê Ferreira de Souza.

RN/Econômico — O senhor disse que o nome do senador José Agripino é o preferido da população para governador. A candidatura da vereadora Ana Catarina Alves não iria empanar a candidatura de Agripino?

Leônidas — A liderança de Ana Catarina é local. A da sua família, que é estadual, também está em baixa haja vista os resultados das últimas eleições, aonde se fez um derrame de dinheiro no Estado pelo Governo Federal, não somente em Natal mas em todo o interior e você viu o resultado das eleições. Taí o PFL majoritário com os seus agregados do PL numa ampla maioria no Estado. Não vejo como Ana Catarina possa dificultar a candidatura de José Agripino ao Governo do Estado.

RN/Econômico — O senhor acredita que o senador José Agripino sen-

do candidato ao Governo do Estado pode repetir a maioria de 107 mil votos que teve sobre Aluísio Alves em 82?

Leônidas — Não creio. Ele terá uma maioria expressiva mas não creio que repita os 107 mil votos de maioria.

RN/Econômico — Por que?

Leônidas — Porque hoje a televisão influi muito na eleição, como influiu para presidente da República. Lula esteve em Natal várias vezes antes de ser candidato e não tinham dez pessoas para recebê-lo e a mídia transformou Lula hoje num líder nacional. Eu creio que isso aí também tenha modificado muito a mentalidade do povo do Rio Grande do Norte, e mais ainda com esse eleito-rado jovem de 16 anos, o avanço da esquerda...

RN/Econômico — O senhor acha que os currais eleitorais caíram?

Leônidas — Eu acho que os currais diminuíram muito de tamanho.

RN/Econômico — Mas lembre-se que essa eleição para presidente foi solteira. A deste ano será uma eleição casada, onde há uma maior predominância do chefe político com o eleitor.

Leônidas — Nas grandes cidades houve uma conscientização maior.

RN/Econômico — Mas o curral é mais na área rural.

Leônidas — Mas diminuiu. Veja o caso de Chiquinho Germano, que talvez seja hoje o último curral eleitoral e Lula ainda teve 700 votos lá dentro.

RN/Econômico — Quem danado é Chiquinho Germano?

Leônidas — Chiquinho Germano é um líder político da Região Oeste do Estado, prefeito várias vezes de Rodolfo Fernandes, com abrangência eleitoral em Mossoró, Baraúnas, Rodolfo Fernandes, Apodi, Itaú e Severiano Melo. Chiquinho Germano apoiou Getúlio Rego na primeira eleição, Getúlio médico de lá, excelente cirurgião, grandes serviços prestados na região e deu quase dois mil votos a Getúlio. A eleição seguinte ele me apoiou e só quis que eu fosse lá duas vezes, uma no carnaval e outra na festa do padroeiro. Eu tive quase dois mil votos e Getúlio apenas 300. Chiquinho deu mais de 1.500 votos de maioria a Brizola.

Chiquinho tem uma maneira muito interessante de administrar. Você vai a Rodolfo Fernandes e não encontra ninguém sem ter o que fazer.

RN/Econômico — O senhor fala

com muito entusiasmo da administração do então governador José Agripino, mas o governador Geraldo Melo mostra, com números, que o quadro não é o que o senhor pinta. Diante dessa constatação, o senhor acredita que o senador José Agripino terá mesmo condições de disputar o governo?

Leônidas — É porque Geraldo não anda, não conhece o Estado e ele está até sem condições de andar agora. O problema é o seguinte: qualquer setor que você procurar encontra realizações de Agripino no Rio Grande do Norte. Mas Agripino é credenciado porque é um homem de palavra, ele cumpriu com todos os compromissos assumidos com o povo. É essa credibilidade que Geraldo Melo não tem. Então Geraldo é a pessoa menos indicada para falar de quem trabalhou e de quem não trabalhou pelo Rio Grande do Norte.

O hospital de Pau dos Ferros que ele tanto fala que está construindo, foi obra da administração de José Agripino. Geraldo está apenas concluindo o que o Agripino deixou pronto para realizar. Então pelo que ele realizou e até pelo carisma que ele tem, eu não vejo como se evite aí o discurso de Geraldo Melo contra a eleição de Agripino.

RN/Econômico — Está se falando muito das candidaturas de José Agripino, de Flávio Rocha e de Ana Catarina Alves e estamos esquecendo do avanço das esquerdas nas últimas eleições. Como é que o senhor vê a possibilidade de um candidato de esquerda para o Governo do Estado diante da votação de Lula para presidente da República?

Leônidas — Eu não posso vincular a votação que Lula teve com a esquerda do Rio Grande do Norte. Acho que houve um crescimento nas grandes cidades como Natal, Mossoró e Caicó, mas um crescimento que não terá muita influência na eleição para governador até porque os quadros da esquerda no RN, do PT principalmente, não existem eleitoralmente. O PT pode sonhar, no máximo, com um deputado estadual.

RN/Econômico — Então o candidato da esquerda ao governo não preocupa?

Leônidas — Não.

RN/Econômico — Até quando vai durar esse ciclo Maia e Alves no RN? Não há opção para uma terceira força política?

Leônidas — Não é somente no

RN. Acho isso uma coisa de evolução lenta das oligarquias existentes no Nordeste. Você veja que repetem-se as eleições e há sempre uma mudança das lideranças políticas no país. Eu creio que isso leva realmente um tempo para que haja uma mudança de mentalidade. Uma outra coisa é o problema partidário, tem de haver uma reestruturação imediata dos partidos políticos.

Nós estamos na iminência de perder toda a credibilidade também pela organização partidária, mas não creio que antes do ano 2000 mude a situação existente hoje no Estado.

RN/Econômico — O senador José Agripino vai disputar o Governo do Estado pelo PFL ou por outro partido?

Leônidas — Pelo PFL. Acho que não há tempo para mudança partidária até a eleição de outubro.

RN/Econômico — Acha que a sigla não influi e sim a pessoa?

Leônidas — Acho que não.

RN/Econômico — Até que ponto o presidente eleito Fernando Collor de Mello vai ter condições de influenciar na eleição para governador do RN?

Leônidas — Isso vai depender muito da administração que ele fizer até outubro. Se ele realmente mudar o caos que está esse país, ele terá uma influência muito forte.

RN/Econômico — Os três candidatos ao Governo do Estado — Agripino, Flávio e Ana Catarina — são ligados a Collor. No caso de uma má administração de Collor, o desgaste seria coletivo. Aí sobraria o PT.

Leônidas — Mas o PT não tem estrutura para uma eleição estadual.

RN/Econômico — A estrutura que o senhor fala é dinheiro?

Leônidas — Não. O PT não tem estrutura partidária. A militância do PT hoje está circunscrita às grandes cidades como Natal e Mossoró. Os currais ainda não caíram todos, diminuíram.

RN/Econômico — Pela sua experiência, quanto se vai gastar nessa eleição para o Governo do Estado?

Leônidas — É impossível mensurar isso. O que preocupa a todos são os custos da campanha. O simples deslocamento de Natal para o interior, as despesas já são muito grandes. Você participa das festas, dos leilões, tem os livros de ouro, tem a ajuda para a campanha no município para o deslocamento de pessoas, o alistamento eleitoral. Não sei dizer quanto custaria hoje uma cam-

panha para deputado ou governador.

RN/Econômico — O senhor não acha que o gasto de somas vultosas numa campanha não leva a classe política ao desgaste junto ao povo? O candidato compra o mandato e não tem nenhuma vinculação com o povo.

Leônidas — Isso é terrível. Mas é um problema de educação e ainda se levará muito tempo para vermos essa prática abolida no Rio Grande do Norte e do país. Mas se você escapa disso tem a mídia eletrônica, que é a peso de ouro. Aliás, onde não se gasta numa campanha? Quanto não se gasta na campanha para presidente dos Estados Unidos? Quanto Collor não gastou na campanha dele?

“O homem público não pode dizer o que é melhor ou o que é pior para ele. Repito, o que os prefeitos querem, o que o povo quer é que Agripino seja candidato ao governo do Estado. Para José Agripino é terrível voltar a ser candidato a governador. Deixar um mandato de senador, deixar de ficar perto do poder, amigo pessoal do presidente para vir a ser governador?”

RN/Econômico — O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse que o eleitor é tão culpado quanto o político. O prefeito de Paudos Ferros, José Fernandes, dizia que tinha a campanha de extrair os dentes e outra de colocar a prótese. Ele temia a de colocar a prótese que era mais custosa. Não há um círculo vicioso nisso?

Leônidas — Acho que existem nas cidades grupos de pessoas que são profissionais de ganhar dinheiro na época de eleição e cabe aos políticos, no meu entendimento, procurar durante a campanha, convencer ao eleitor para votar no trabalho do candidato. Isso seria um processo

lento e que a imprensa devia ajudar, a sociedade também, mas não creio que a curto prazo possa haver essa conscientização do eleitorado.

RN/Econômico — Se o voto não fosse obrigatório, essa situação não mudaria?

Leônidas — Acho que não. Acho que aí é que o eleitor ia cobrar caro pelo seu voto.

RN/Econômico — O senador José Agripino foi quem mais trabalhou a candidatura de Collor de Mello no Estado. Até outubro, data das eleições, Collor poderá sofrer um desgaste muito grande por conta da situação econômica do país, que está um caos. O senhor não teme que isso acabe prejudicando a candidatura do senador José Agripino?

Leônidas — Acho que a liderança de Agripino no Estado é muito forte para que um possível desgaste do governo Collor de Mello venha prejudicar a sua eleição. Poderá haver desgaste mas pelo que tenho ouvido por aí, das lideranças políticas, independente do sucesso ou não do novo governo, a eleição de Agripino está assegurada.

RN/Econômico — A candidatura do senador é tão forte assim que a torna invulnerável?

Leônidas — Eu não vejo como Agripino perder essa eleição. Só se surgir um fato novo. Hoje a candidatura dele está consolidada no Estado.

RN/Econômico — O que seria um fato novo?

Leônidas — Ele não se candidatar, ser ministro.

RN/Econômico — Mas o senhor não acha que é melhor ser amigo do rei do que ser vassalo?

Leônidas — O homem público não pode dizer o que é melhor ou o que é pior para ele. Repito, o que os prefeitos querem, o que o povo quer é que Agripino seja candidato ao governo do Estado. Para José é terrível voltar a ser candidato a governador, pessoalmente para ele é. Deixar um mandato de senador, deixar de ficar perto do poder, amigo pessoal do presidente para vir a ser governador? É terrível. E o pior, receber um Estado literalmente quebrado. Mas ele tem um compromisso com os amigos que querem a sua volta.

RN/Econômico — O senhor foi chefe da Casa Civil da Prefeitura e agora é secretário da Saúde. Como é que explica a péssima administração — péssima em função das críti-

cas que ela vem recebendo da imprensa — que a prefeita Wilma Maia vem fazendo?

Leônidas — Primeiro eu discordo que seja uma péssima administração. Wilma tem enfrentado uma série de dificuldades, mas tem feito algumas obras de vulto na cidade nesse primeiro ano de administração. A reconstrução da favela do Detran, com a construção de 50 casas em pouco mais de 15 dias; calçou várias ruas e asfaltou outras tantas, tem praticamente mantido o pagamento dos funcionários em dia.

Agora vamos ver por que Wilma Maia está em dificuldade administrativa. Eu quero repetir que não tenho absolutamente nada contra o cidadão Garibaldi Alves Filho. O que falo aqui é contra Garibaldi administrador. O que fizeram com a Prefeitura de Natal devia estar muita gente hoje na cadeia. Vou dar exemplos: a Secretaria da Educação. No fim de dezembro de 88 chegaram os recursos para a compra de alimento escolar para 89. Seriam adquiridas 63 mil toneladas de alimentos, simplesmente o dinheiro desapareceu e não se pôde comprar a alimentação escolar. A prefeita pediu um inquérito à FAE — Fundação do Alimento Escolar —, veio uma equipe e até hoje não se tem notícia da sindicância.

Criticou-se que estava faltando merenda escolar, mas para que a Prefeitura receba mais merenda escolar é preciso prestar contas do que foi liberado antes. Simplesmente o dinheiro desapareceu. Na Secretaria da Saúde afirmam que está faltando medicamento. No dia 31 de dezembro de 88 desapareceram dois caminhões de medicamento do depósito do Castelhão. Claro que tinha de faltar medicamento. Formou-se uma sindicância, transformou-se em inquérito e está entregue à Secretaria da Segurança, que não deu nenhum resultado até hoje.

Sumov. O caso da OAS é famoso com o enriquecimento ilícito de muita gente e até hoje nenhuma providência foi tomada. Entrei com uma ação popular e a Justiça disse que não era contra Garibaldi, era contra a Sumov. Não entendo isso porque, se eu sou auxiliar da prefeita Wilma e qualquer irregularidade que eu cometa, eu tenho de pagar e ela também.

Frigonat. Até hoje não prestaram as contas de 88. Agora vamos para a Urbana. Por que a cidade não está

limpa? Porque em 86 Garibaldi comprou uma frota de caminhões basculantes através do BDRN e BNDES. Ao assumir a Prefeitura em janeiro de 89 Wilma foi notificada que estavam sendo bloqueados os recursos do FPM e do BNDES porque Garibaldi não tinha pago uma só prestação dos carros. Tornou a Prefeitura inadimplente para renovar a frota. Hoje a Prefeitura está com dez carros para limpar a cidade. A frota que Garibaldi desfilou pela cidade mostrando ao povo foi paga pela prefeita Wilma Maia.

Transporte coletivo. O governador Geraldo Melo congelou as passagens durante o ano todinho para que Wilma pegasse a reposição dos reajustes das passagens para que os empresários possam adquirir novos ônibus. Então todos os recursos federais foram suspensos para a Prefeitura de Natal.

Os salários dos funcionários da Prefeitura de dezembro de 88 foram pagos pelo governo do Estado. Wilma teve o bloqueio dos governos do Estado e federal. Você quer escândalo maior do que o do Guarapes? Onde está o dinheiro das casas do Guarapes? Só tem uma casa concluída que eles inauguraram e a televisão mostrou a família dentro da casa e o resto das casas era só fachada.

Como é que Wilma podia administrar num caos desses? Uma política de terra arrasada. E o que me deixa triste é que ainda falam da boa administração de Garibaldi. Agora faltou a Wilma e à sua equipe, e eu me incluo nisso aí, competência para mostrar isso à população de Natal.

RN/Econômico — Foi um erro ou quase uma conivência?

Leônidas — Pegamos uma Prefeitura com treze mil funcionários, quando sete mil seriam suficientes.

RN/Econômico — Hoje tem quantos?

Leônidas — Treze mil. Wilma não nomeou ninguém porque agora é na base do concurso e não houve nenhum.

RN/Econômico — Por que a prefeita não demite o excedente?

Leônidas — Bom, isso foi motivo de reuniões. A prefeita ficava numa dúvida cruel. Como é que vai ser um pai de família chegar em casa e dizer para o filho: a partir de hoje não temos mais o que comer porque perdi o meu emprego. É muito difícil e cria um problema social muito forte.

Wilma ficou o ano todinho admi-

nistrando para o funcionalismo. 96% do orçamento são para o funcionalismo e ainda pagando mal e a comunidade reclamando, com razão, da falta de serviços básicos. Mas Wilma optou em não demitir e assumir os desgastes. Temos certeza que com a reforma fiscal que foi efetuada agora, com a nova lei obrigando ao Estado a repassar imediatamente o ICMS e os impostos que são arrecadados pelo governo federal — o dinheiro não vai mais para os cofres do governo. Com isso aí e com a abertura do governo federal eu tenho a absoluta certeza, pela sua competência, pela sua disposição, este ano será o ano da reabilitação da prefeita Wilma Maia.

RN/Econômico — Quer dizer, a exemplo do prefeito Vauban Faria a prefeita vai deslanchar?

Leônidas — Ela já deslançou. Agora não apresentou ainda um acerto de obras que possa mostrar à população os seus compromissos de campanha. Vários compromissos de campanha já foram cumpridos, inclusive esse projeto de SOS Saúde que vai começar agora. A Central de Ambulância da Zona Norte e todas as unidades de saúde foram reequipadas. Infelizmente as greves têm evitado que a população desfrute dos benefícios da saúde.

Na área da educação Wilma aumentou em dez mil o número de vagas nas escolas. Agora o que falta é divulgar essas coisas. Tanto como ela recebeu a Prefeitura como o que está fazendo.

RN/Econômico — A exemplo do governador a prefeita também está cercada de "gênios"? O governador Geraldo Melo se queixou da falta de divulgação de suas obras porque estava cercado de "gênios".

Leônidas — Só que o governador não tem gênio que possa divulgar o que ele fez. Wilma não precisa de "gênio", basta um esforço maior da equipe para divulgar as obras que ela está fazendo.

RN/Econômico — O senhor acha que passando o desgaste que ela está sofrendo agora, a prefeita Wilma Maia poderá vir a ser candidata ao governo?

Leônidas — Wilma terá espaço tanto para ser governador em 90 como para senador em 94. Tenho certeza que ela vai fazer uma excelente administração em Natal. Pela sua competência e pela vontade de trabalhar ela será eleita para qualquer cargo.

RN/Econômico — A pesquisa divulgada pelo DataFolha não reflete a administração da Wilma Maia?

Leônidas — Se você analisar, ao contrário do que tem feito a imprensa da oposição, pelos números frios que a pesquisa espelha, não. Regular e boa somam mais de 50%. Nós que conhecemos a terra arrasada que ela pegou temos certeza de que daqui para a frente ela vai fazer uma administração que prometeu. E tem mais: se você olhar para trás, Garibaldi, pelo nível de administração que fez ficou muito pior do que Wilma hoje, e ele pegou a Prefeitura arrumada.

RN/Econômico — Os jornais têm dito que o vice-prefeito Ney Lopes não tem tido conhecimento das reformas que a prefeita executa, assim como outros auxiliares diretos. Como é hoje a integração da equipe com a prefeita?

Leônidas — Primeiro o vice-prefeito tem conhecimento de tudo porque ele participou de várias reuniões da reforma administrativa que eram feitas na vice-Prefeitura e o deputado era colocado a par por telefone quando se encontrava em Brasília. Eu desconheço honestamente que Ney esteja sendo escanteado pela prefeita Wilma Maia, pelo contrário, ele já assumiu duas vezes a Prefeitura.

RN/Econômico — Essa junção de partidos na administração, como PCB, PDT, PFL e PL não cria uma certa dificuldade?

Leônidas — O PCB tem dado uma colaboração muito boa à prefeita Wilma Maia na área social. Eu não vejo nenhum prejuízo à administração pelo fato da heterogeneidade dos partidos.

RN/Econômico — O secretário da

Fazenda, Benivaldo Azevedo, disse que a prefeita Wilma Maia tem usado o ICMS como justificativa para a sua péssima administração. Isso é procedente?

Leônidas — O que a prefeita Wilma Maia tem alegado é que não pode pagar o funcionalismo em dia porque o governo do Estado não repassa os recursos previstos por lei. Ele

“Eu acho que o fato mais positivo da eleição de Wilma foi restabelecer na administração municipal a honestidade.

O fato negativo da administração tem sido a dificuldade financeira, não ter realizado aquilo que ela se propôs a realizar e as dificuldades que ela teve com o governo retendo todo o dinheiro da Prefeitura, saldar contas da administração anterior”.

não pode negar que tem atrasado sistematicamente o repasse dos recursos à Prefeitura.

RN/Econômico — O senhor acha que o não repasse dos recursos é boicote mesmo ou é falta de caixa?

Leônidas — Não, é falta de caixa mesmo. O governo gasta o dinheiro da Prefeitura indevidamente.

RN/Econômico — Sabe-se que o

senhor tem muito mais aproximação, muito mais amizade com a prefeita do que o professor Aldo Tinôco. Mas até hoje não está bem explicada a sua saída da Chefia da Casa Civil.

Leônidas — Eu já disse que estou cansado. Eu vinha de uma campanha muito desgastante e a prefeita tem um ritmo de trabalho muito forte e eu não pude acompanhá-la. Na verdade entre o Gabinete Civil e a Secretaria da Saúde eu prefiro esta última.

RN/Econômico — Por que não escolheu logo de início?

Leônidas — Porque eu estava disposto a trabalhar, mas cansei e não acompanhei o passo da prefeita.

RN/Econômico — Quer dizer que o senhor é muito mais de fazer do que conversar?

Leônidas — Muito mais. Por isso eu disse que não sou um bom político.

RN/Econômico — Aponte fatos positivos e fatos negativos desse primeiro ano de administração da qual o senhor participou.

Leônidas — Primeiro, a honestidade nas ações da Prefeitura. Outra coisa foi a credibilidade que a administração passou a ter, principalmente junto àqueles fornecedores que há muito tempo não recebiam da Prefeitura. Eu acho que o fato mais positivo da eleição de Wilma foi restabelecer na administração municipal a honestidade.

O fato negativo da administração tem sido a dificuldade financeira, não ter realizado aquilo que ela se propôs a realizar e as dificuldades que ela teve com o governo retendo todo o dinheiro da Prefeitura, saldar contas da administração anterior e a dificuldade de relacionamento com o governo do Estado. □

As melhores impressões vão passar por aqui.

O RN/Econômico não é apenas o mais bem equipado parque gráfico do Estado. É também o mais veloz. Se você duvida, faça um teste: ligue para 222-4722 e diga qual é o seu problema.

RN/ECONÔMICO
222-4722



Na luta pela sobrevivência, os catadores do Forno do Lixo, em Cidade Nova, disputam alimentos estragados...

CATADORES

Um exército de famintos

Criada para dar emprego a centenas de catadores de lixo, a usina de reciclagem e compostagem do lixo não mudou a situação. Os catadores continuam povoando o forno do lixo

Vista como solução para o drama social em que viviam os catadores do Forno do Lixo, a usina de beneficiamento de lixo não mudou em nada o quadro de miséria e promiscuidade que impera no bairro de Cidade Nova, extrema periferia da Zona Sul da cidade. Na realidade houve apenas uma renovação dos catadores de lixo, já que boa parte dos antigos foi absorvida pela empresa para o trabalho de reciclagem e compostagem do lixo natalense. Como em tempos atrás, continua acirrada a disputa entre homens, mulheres, crianças, urubus, vacas e

outros animais pelos restos de comidas. Os homens buscam ainda latas, papelões, plásticos, vidros e metais, que lhes rendem alguns trocados para o sustento da família.

O exército de famintos em meio ao amontoado de lixo reproduz um quadro deplorável e completamente hostil aos princípios básicos da higiene. O mau-cheiro que emana dos detritos manipulados pelos catadores é insuportável, mas eles garantem que já estão acostumados e, portanto, não sentem mal-estar. Expostos a todo tipo de doenças, eles se "gabam" de uma imunidade adquirida

no cotidiano, convivendo pacificamente com milhares de moscas e outros insetos. A cada caminhão que chega repleto de lixo, a euforia é grande e a esperança de ficar com a melhor parte se renova. Algumas crianças se queixavam da falta de iogurtes vencidos e frutas estragadas.

DOENÇA GRAVE — Entregues à própria sorte, a alegria dos catadores de lixo é maior quando chega um caminhão trazendo galeto, restos de carne e peixe jogados fora por algum açougue ou supermercado. Muitos alimentos, total-



...e impróprios ao consumo humano

mente comprometidos, são ingeridos no próprio local de trabalho. E o mais impressionante é que alguns catadores fazem refeições, trazidas pelas mulheres, no próprio Forno do Lixo, em meio ao mau-cheiro e ao assédio das moscas.

No aterro sanitário de Natal é comum se encontrar várias pessoas de uma mesma família trabalhando na catação do lixo. Este é o caso dos irmãos Cleidiana, 10 anos, Lucimar, 14 anos, e Jerri Adriani Soares da Silva, de 8 anos, além da prima, Adriana, que também reside em Cidade Nova com a família. Somente a mais velha, Lucimar, estuda numa escola pública, cursando a 1ª série do 1º grau. Segundo as crianças, os pais trabalham em feiras livres da cidade, vendendo peixes. Faturando uma média de 50 cruzados novos por dia, Lucimar garante que gosta do que faz e não quer deixar a catação "nem tão cedo". Sobre os momentos de lazer, ela resumiu: "A gente brinca em casa à noite, na cama, antes de dormir".



Waldemar se alimenta em meio a podridão do lixo



Os urubus brigam pela carniça do Forno do Lixo

Outra criança que desde muito cedo começou sua atividade no Forno do Lixo é Alexandre Silva do Nascimento, 11 anos, que divide a tarefa com duas irmãs. Ele diz que fatura entre 20 e 50 cruzados novos por dia com a venda de papelão, vidro e plástico. Com o pai trabalhando numa fábrica de adubos e a mãe na usina de lixo, Alexandre deixou de estudar quando cursava a 2ª série para se dedicar exclusivamente à catação de lixo. Indagado sobre os riscos de ser acometido por alguma doença grave e ficar muito doente, Alexandre respondeu com ar melancólico: "Não tenho medo de doença, porque se eu morrer, pelo menos morro trabalhando".

O garoto de 11 anos não se incomoda nem um pouco com o cheiro que exala do lixo e diz o que mais gosta no seu trabalho: "É bom quando chega lixo com Danone e maçã". Para transportar o lixo selecionado para os depósitos que ficam nos arredores do Lixão da Cidade Nova, os carroceiros cobram NCz\$ 10,00 por cada viagem. Contudo, alguns preferem economizar essa quantia e transportam o lixo com a ajuda de parentes. É o caso de Rita da Silva, 40 anos, que conta com a ajuda valiosa de um dos quatro filhos na catação de lixo. Casada com um gari da Urbana, ela mora no bairro de Felipe Camarão e atesta que desde menina trabalha naquele local. Ao final de um dia inteiro de trabalho consegue apurar cerca de 50 cruzados novos. Quanto ao mau-cheiro do lixo diz que já se acostumou e garante nunca ter pego doença por conta da sua atividade. "Já estou acostumada e não sinto mais nada", explica.

DEDO DO CÃO — Dividindo o seu tempo entre o trabalho na usina (das 13 às 19 horas) e a catação de lixo, que é feita pela manhã, Waldemar Batista dos Santos, 46 anos, dos quais seis catando lixo, garante que não dá para sobreviver somente com o que ganha na usina. Para complementar a renda de uma família de sete pessoas, ele fatura uma média de NCz\$ 3.500,00 por mês com a catação. A mulher é costureira e dois filhos trabalham na construção civil, onde ele trabalhou antes de começar a catar lixo. "O que eu ganho na usina não dá, porque a inflação está demais e quando a gente recebe a micharia, mal dar para pagar a água e luz", exagera.

Waldemar garante que já se acos-

tumou com a podridão do lixo. "Quem não está acostumado engulha", ressalva. O catador admite ter medo de contrair doenças, mas diz que não tem outra forma de melhorar a renda familiar. "Se o ganho desse para a gente passar sem isso aqui, eu deixava", diz, olhando o quadro desolador. Sem saber a que atribuir, Waldemar revelou ter tido uma pneumonia que o deixou 18 dias hospitalizado. Por fim, ele comparou o seu trabalho ao da usina. "Esse trabalho aqui é menos perigoso para doença do que na usina, porque lá a gente fica com o nariz, bem perto da esteira de lixo e além disso é abafado. Aqui fora o vento tira alguma coisa", imagina.

Ainda muito jovem, mas apresentando sinais de velhice precoce, o catador de lixo há 10 anos, Davi Tomaz Pereira, de 17 anos, revelou que o surgimento da usina de lixo piorou mais ainda a situação dos catadores. "Eles só deram empregos a alguns e ainda por cima proibiram da gente catar, botando a polícia e uns seguranças para correr atrás de nós", queixou-se Davi, lembrando que agora, com a união dos catadores, ninguém poderá tirá-los de lá. "Se eles quiserem expulsar a gente daqui, vai dar morte, porque a gente

mete esse dedo do cão (gancho usado na catação) na cabeça deles", adverte.

Davi Pereira afirmou que os catadores consomem todo e qualquer alimento encontrado nos sacos de lixo, principalmente galletos, frutas e iogurtes. "Aqui não se perde nada", sorri. Dependendo do dia, ele consegue apurar até 100 cruzados novos. Para tanto, conta com a ajuda de um irmão que também é catador. Para sobreviver ele trabalha até de noite na catação e justifica: "De noite dá mais bom, porque tem pouca gente". Natural de Brejinho, Davi nunca pôs os pés numa escola, mas tem consciência que para a sua situação melhorar era preciso mudar a economia do país. "Mas eles ganham e não fazem nada", critica.

Um dos poucos catadores a se queixar do mau-cheiro do lixo, Davi diz que "tem dia que a catinga está demais". Sobre a saúde, ele acha que aparentemente está bem, mas reconhece o perigo de contrair uma doença vivendo em condições sub-humanas. "A gente pensa que está bom, mas se for olhar por dentro, ninguém sabe, não é?" questiona, com a sabedoria de quem nunca aprendeu sequer a assinar o nome (Alberto Coutinho). □

LIXO

Usina não atende demanda

Inaugurada pelo então prefeito Garibaldi Filho para reciclar todo o lixo da cidade, a usina da Urbana não atende à demanda. Seu sistema de reciclagem é considerado obsoleto

Operando com menos da metade da capacidade prevista no projeto original, a Usina de Reciclagem e Compostagem de Lixo, vinculada à Companhia de Serviços Urbanos de Natal (Urbana), processa 70 toneladas de lixo por dia. Ou seja, menos de 10% do volume de lixo doméstico produzido diariamente em Natal, estimado em 750 toneladas. Atualmente somam-se 167 funcionários, trabalhando em dois turnos, todos ex-catadores de lixo, que foram absorvidos pela usina após levantamento feito pela Urbana.

De acordo com seu projeto original, a usina processaria 150 toneladas de lixo diárias, em 10 horas de trabalho, porém tem sua capacidade

reduzida pela insuficiência de equipamentos. Mesmo com sua capacidade total, haveria um déficit de 600 toneladas de lixo, conforme estimou o gerente de comercialização da Usina, Clóvis Secundo Vale, 37 anos. No seu entendimento, o modelo de usina adotado não é o ideal, porque não atende a demanda. "Talvez outro modelo desse para atender às necessidades locais", imagina.

A Usina não está se auto-sustentando, como previram os seus idealizadores. "O que a gente comercializa aqui só dá para fazer a manutenção da Usina", explicou Clóvis. A folha de pagamento é de responsabilidade da Urbana e o menor salário gira em torno de NCz\$ 2 mil, que é o do pessoal da área de operação.

Muitos desses funcionários se queixam do salário e recorrem à catação de lixo, como alternativa para complementar o orçamento familiar.

Para Clóvis Vale, o grande mérito da Usina foi ter minimizado o problema social dos catadores de lixo. Contudo, a empresa não teve condições de absorver todo o pessoal que vive desta atividade marginal. "Eles já estão acostumados e nunca vão deixar de catar esse lixo", comentou Vale, lembrando que os funcionários da Usina são advertidos para não fazer catação no local. Quanto ao problema dos catadores que resistem em desocupar o Forno do Lixo, Clóvis revelou que até dois meses atrás havia um controle rigoroso da área, mas diante das ameaças do exército de catadores a segurança não conseguiu contê-los. Neste aspecto Vale denuncia que existe um grande incentivo por parte dos proprietários de depósitos consumidores deste lixo instalados na redondeza.

"Corre muito dinheiro aí", revelou, acrescentando que no período em que a catação foi efetivamente proibida, os donos de depósitos compravam o lixo de catadores de Fortaleza, o que tornou-se inviável

face aos custos que reduziram a lucratividade. "Inclusive já chegamos a receber ameaças de donos de depósitos de que arregimentariam os catadores para pressionar a prefeitura", completou Vale.

Quanto ao uso de equipamento de segurança, o gerente de comercialização da Usina de Lixo garantiu que a empresa dispõe de máscaras, luvas, aventais, botas e óculos apropriados, mas o pessoal não usa, alegando ser incômodo. "As vezes eles até esquecem em casa", diz. Segundo ele, a assistente social da empresa está desenvolvendo um trabalho de conscientização sobre a importância do uso de equipamento de proteção individual.

Outro ponto nevrálgico é a destinação do lixo hospitalar da cidade. Segundo Vale, este lixo é separado do domiciliar e enterrado em áreas previamente determinadas, enquanto não se consegue um incinerador, que inclusive consta do projeto original da usina, mas não foi adquirido por falta de recursos. O lixo beneficiado (composto orgânico) é comercializado para pequenos e médios agricultores. A parte de reciclados (lata, papel, plástico, osso, vidro) é vendida para as indústrias (AC). □

CEPA

Meta é fazer produzir mais

A ordem na Cepa para 1990 é fazer mais pesquisas para tornar os municípios mais produtivos. Dentro dessa filosofia, os técnicos já "descobriram" 14 municípios com viabilidade econômica acentuada

Desde o ano passado a Cepa (Fundação Estadual de Planejamento Agrícola) começou a adotar uma nova metodologia de trabalho. Segundo o coordenador da área de apoio técnico deste órgão, João Bosco de Medeiros Lima, a ordem agora é pesquisar, descobrir e investir nas áreas potenciais do Rio Grande do Norte.

No primeiro trabalho de pesquisa a equipe da Cepa, na região Agreste do Estado, descobriu 14 municípios potencialmente produtivos e que, racionalizada esta produção, implantando-se culturas alternativas e de boa rentabilidade, os resultados atuais poderão ser bem melhorados.

Os municípios com viabilidade técnica para o aumento da produção são: Monte Alegre, Januário Cicco,

Vera Cruz, Lagoa de Pedras, Lagoa Salgada, Nova Cruz, Santo Antônio, Passa e Fica, Lagoa dos Dantas, Macaíba, São José de Mipibu, Parnamirim, Ielmo Marinho e Brejinho. O projeto de pesquisa, que descobriu as potencialidades destes municípios, e que a partir de agora está em fase de tabulação para firmar as diretrizes a serem seguidas, conforme disse João Bosco, chama-se Agreste Central.

Bosco explicou que a situação dos municípios mostra que a principal cultura explorada pelos pequenos produtores rurais é a mandioca. "Então, com base em cada realidade, a Cepa vai definir um modelo de exploração que propicie uma maior rentabilidade econômica para estes pequenos produtores", disse. ▽

A partir de agora, a hora do futuro. E o futuro começa no Armazém Pará que está inaugurando o primeiro home center do Estado, uma loja em auto-serviço de materiais de construção.

Reformada e ampliada, a nova loja do Armazém Pará tem tudo o que você procura e precisa ao alcance dos seus olhos e das suas mãos. A um só tempo, sem demora e sem burocracia.

DESCOMPLIQUE-SE

Vá ao Armazém Pará

Av. Antonio Basílio, 180
Fone: PABX (084) 223-4977

ALTERNATIVAS — O modelo de cada realidade conterà a apresentação de culturas alternativas que os agricultores possam plantar e, ao contrário do que vêm fazendo, possam ter a garantia de que poderão suprir eventuais gastos (ou despesas) com a mandioca. As culturas alternativas, inclusive com sementes compatíveis com a realidade de cada município e melhoradas, são abacaxi e pimenta-do-reino, além de fruticulturas (já plantadas) e urucum

Como a mandioca é rentável, então a Cepa, com o Projeto Agreste Central, vai procurar melhorar a exploração desta cultura, com o desenvolvimento de casas-de-farinha, como também o ensino e a utilização do produto para ração animal e outras alternativas ainda não aplicadas em algumas dessas 14 cidades.

“Vamos desenvolver pesquisas para desenvolver a produção já existente nestas áreas. Se um produtor planta mangas, por exemplo, a Cepa irá oferecer uma variedade melhor para este produtor” — explicou João Bosco, acrescentando que deste modo vai garantir que o próprio produtor de mangas cubra os gastos eventuais com a cultura de mandioca que já planta na sua área.

IMPORTANTE — O mais importante nesta nova metodologia agora adotada pela Cepa, explicou o coordenador, são a pesquisa, a ação fundiária, a capacitação, a assistência técnica, a comercialização, o crédito rural e os recursos hídricos, que fazem parte da nova sistemática da Fundação. “São os segmentos mais fortes desta sistemática. Se a gente trabalha com eles integrados, teremos mais resultados positivos do que se trabalharmos isoladamente, quando o trabalho fica praticamente vago”, completou João Bosco.

Depois do diagnóstico que foi feito nos 14 municípios, agora o projeto está na fase que o coordenador classificou de “implantação do Projeto Executivo”, que é juntar todas as informações obtidas numa tabulação, e, a partir daí, definir especificamente o que fazer em cada local pesquisado: se vai implantar uma casa-de-farinha; se determinada cultura deve continuar sendo explorada ou não; se poderá cultivar uma cultura alternativa; e qual a melhor cultura para o plantio.

A previsão para o número de produtores rurais que serão beneficiados nestes municípios, explicou Bos-

co, ainda é muito difícil de precisar, exatamente porque agora que o projeto está na fase de executiva. Mas numa previsão **a priori** que a Cepa fez, serão beneficiados seis mil pequenos produtores rurais. Bosco, entretanto, acredita que este número poderá ser bastante reduzido em função da falta de recursos.

Os recursos garantidos, aliás, ainda não existem. E, segundo explicou, nem a previsão de quantos cruzados serão necessários para o sucesso deste projeto também está definida, porque o Agreste Central “está em fase de elaboração”. Mas o coordenador, entretanto, disse que toda a verba deverá vir dos cofres da União, do Governo do Estado e do Banco Mundial (Bird).

AÇÕES — Mesmo sem o projeto pronto e sem uma definição exata de aplicação, a Cepa, com seus técnicos, já vem fazendo algumas ações nas 14 cidades de recursos potenciais, a prestação de assistência técnica; a comercialização do produto, através do CAP (Compra Antecipada da Produção); a elaboração de pesquisas; e a recuperação de alguns poços em alguns dos municípios.

“Já foram também distribuídos alguns silos. Sendo que esta distribuição foi direcionada para os agricultores que foram beneficiados pela

CAP”, completou.

As novas formas de planejamento e metodologia adotadas desde o ano passado pela Cepa, motivaram recentemente um encontro entre todos os órgãos executores estaduais (Emater, Cida, Cohidro, Secretaria da Agricultura, CDM e a própria Cepa) e cooperativas agrícolas ao lado de representantes de Prefeituras e da Fetarn, que, por ser o representante dos trabalhadores rurais, irá fazer a organização e mobilização dos agricultores.

Do encontro, que aconteceu na cidade de Jundiá, foi tirado um documento que define que todo os envolvidos no projeto irão trabalhar dentro da realidade de cada região, de cada área explorada. “Além disso, a reunião foi muito esclarecedora sobre a cultura da mandioca e da sua viabilidade na região”, completou Bosco.

Mesmo com os técnicos da Cepa ainda trabalhando na fase do “Projeto Executivo”, Bosco acha que, quando efetivado, o Agreste Central surtirá efeitos positivos para o Estado. Mas esclareceu que “só podemos afirmar concretamente que ele teve resultados quando fizermos uma avaliação de campo mesmo, comparando os resultados de antes, durante e depois do projeto ser implantado”, concluiu. □

INSTITUIÇÃO

A LBA agora se diz séria

Depois de sofrer muitas críticas por se desviar da sua finalidade, a Legião Brasileira de Assistência mudou sua imagem. Os seus dirigentes dizem que o órgão é sério

Um longo hiato de tempo separa a Legião Brasileira de Assistência — LBA — de hoje, daquela instituição fundada a 22 de agosto de 1942, no auge do Estado Novo, com a finalidade de dar assistência às famílias de soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em luta na Itália. Enquanto nossos homens davam combate ao nazi-fascismo em território europeu, Dona Dary Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas, dirigia os trabalhos da LBA voltados para os chamados “esforços de guerra”. Muitos anos depois, a entidade permaneceria com a “estrutura de favores” dirigida às populações de baixa renda

para fazer valer os interesses do governo.

É essa pecha de assistencialismo clientelista que a Legião tenta hoje descartar como “coisa do passado”, em seu esforço pela sobrevivência, convicta de que a própria classe política nacional se conscientizou da inutilidade das ações assistencialistas enquanto meio de erradicação da crescente desigualdade social.

“Costuma-se acusar a LBA de ser uma entidade assistencialista e que, portanto, não vai à raiz dos problemas sociais brasileiros. Mas ignora-se que apenas 2% das ações da LBA têm cunho dessa natureza. Os 98% restantes estão voltados para uma

prática que mexe na estrutura da nossa sociedade". A afirmação é de Aldo de Medeiros Lima Filho, coordenador de administração da entidade.

Para Aldo Medeiros Filho, a LBA é uma entidade que tem sobrevivido a muitas fases difíceis, sobretudo no decorrer de 1989, quando passou sucessivamente por três Ministérios — Bem-Estar Social (depois extinto), Interior e Previdência Social. Além disso, afirma, a LBA enfrentou o fogo cerrado de um grupo de parlamentares encabeçados pelo deputado federal cearense Raimundo Bezerra, que moveram campanha em favor da extinção do órgão, sob a alegação de que os recursos utilizados pela Legião não compensavam os serviços que ela prestava à sociedade.

De acordo com Aldo Medeiros Filho, porém, essa campanha fracassou por estar baseada em argumentos "precipitados", e assegura que nos últimos meses a entidade conseguiu respirar mais aliviada e retomou sua rotina de ações sociais, modernizando-se e atualizando-se com vista a preparar-se para a mudança de governo. Sustentada com verbas da União, a LBA não teme a instalação do governo Collor de Mello, apesar de constar no programa do presidente eleito uma reforma administrativa que visa reduzir gastos públicos, o que, eventualmente, pode atingir o orçamento da Legião. Medeiros Filho alega que a LBA já teve seu futuro esboçado pela nova Constituição, integrando-a ao Ministério da Previdência nos próximos meses.

PROJETOS — As linhas de atuação voltadas para a assistência ao idoso, a gestante, o deficiente, a criança, erroneamente interpretadas como "assistencialistas", segundo Aldo Medeiros, são, ao contrário, um trabalho fundamental desenvolvido pela LBA, e que caracterizam seu perfil social. Exemplificando essa linha de política social, Medeiros Filho enumera os seguintes programas: a) Projeto de Apoio Nutricional — esse projeto mantém 30 mil crianças em creches no Rio Grande do Norte, sendo seis mil em Natal. As crianças, de baixa renda, são encaminhadas pelos postos de saúde do SUDS — Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde; b) Prevenção e Tratamento de Pessoas Portadoras de Deficiências — o programa mantém as Apaes (Associa-



Aldo de Medeiros: Felizmente esse tempo passou

ções de Pais e Amigos dos Excepcionais), e as clínicas especializadas, cobrindo todas as despesas básicas, como pessoal, equipamentos e serviços. Um total de 1.299 deficientes físicos e/ou mentais são atendidos no Estado pelo programa; c) Apoio à Pessoa Idosa — o programa desenvolve atividades recreativas e terapêuticas junto a 6.400 idosos em todo o RN tanto nos programas Conviver (regime aberto), como em asilos, como o Juvino Barreto, em Natal, e o Amatério Câmara, em Mossoró.

Mas o grande fator de modernização da LBA, segundo o seu coordenador estadual, são os programas comunitários envolvendo administrações municipais e grupos informais de produção em todo o Estado. Medeiros Filho esclarece que um total de 200 convênios foram firmados no ano passado com esses grupos, movimentando recursos da ordem de NCz\$ 3,8 milhões, mediante a concessão de empréstimos. A avaliação desses convênios pelos técnicos mostrou, segundo seu coordenador, que os melhores resultados foram conseguidos junto aos grupos informais.

No município de Timbaúba dos Dantas, o convênio permitiu que a Associação de Bordadeiras adquirisse 38 máquinas de costura e montasse sua própria loja onde os bordados são comercializados diretamente com a comunidade, quando antes tinham que passar pelas mãos do atravessador.

O pagamento do empréstimo é

feito através da entrega de bens produzidos pelas próprias entidades beneficiadas. Segundo Medeiros Filho, a procura de novos convênios junto à LBA é grande e, infelizmente, os recursos não são suficientes para atender a todos. Garante, porém, que os critérios de eleição das entidades beneficiadas obedece a critérios puramente técnicos, sem qualquer ingerência política.

Mesmo no caso daqueles convênios assinados com Prefeituras, avaliações são levantadas semestralmente e, no caso de partirem denúncias da comunidade contra algum prefeito que não esteja cumprindo adequadamente as finalidades do convênio, Medeiros Filho assegura que tais denúncias serão rigorosamente apuradas. E se comprovadas, a meta do projeto é reduzida à metade ("a suspensão integral das parcelas previstas no convênio prejudicaria a comunidade", explica o coordenador da LBA) e se tenta uma outra entidade para se beneficiar no convênio dentro daquele município.

Finalmente, Aldo Medeiros Filho acentua, sob a rubrica de "outras atividades", as ações básicas desenvolvidas pela instituição. Segundo ele, as ações básicas de saúde da LBA atingem 135.138 pessoas no Estado. Cerca de 90 mil pessoas recebem assistência jurídica ou se beneficiaram do programa de registro civil. Outros 15 mil usuários participaram do programa de auxílio econômico e financeiro. Tomando fôlego, prossegue Medeiros Filho: "A educação social abrangeu 10.390 pessoas e cer-

ca de oito mil foram atendidas pelo projeto de formação profissional. O programa de lazer e esporte comunitário para crianças, jovens e adultos atingiu 11.884 norte-rio-grandenses”, concluiu.

Insistindo que apenas 2% desses programas têm caráter tipicamente assistencialista, o coordenador da LBA ainda acha argumentos a favor dessa prática, alegando que um programa como o da assistência ao idoso tem um amplo significado social, e se a LBA não o executasse, estaria deixando essa enorme parcela da população ao desabrigo, uma vez que

nenhum outro órgão público ou privado tem estrutura para substituí-la nesse campo.

Segundo Aldo Medeiros Filho, a imagem negativa que algumas pessoas têm da LBA se deve exclusivamente ao mau uso que alguns políticos, entre os quais nomeia o senador Carlos Alberto, fizeram da instituição, colocando-a à reboque dos seus interesses pessoais, em detrimento da comunidade: “Mas felizmente esse tempo passou”, garante, assinando que essa nova imagem já foi absorvida pela comunidade que desfruta dos seus serviços. □

AIDS

Saída é orientar na escola

O infectologista natalense Luiz Alberto Carneiro Marinho, depois de participar de um curso nos Estados Unidos, volta propondo o combate à Aids a partir das escolas

Educar a população para que o crescimento da Aids seja contido. A receita é do médico-infectologista Luiz Alberto Carneiro Marinho, vice-presidente da

Sociedade Brasileira de Infectologia. Ele foi o único norte-rio-grandense entre dez brasileiros, participantes no final do ano passado de um curso de dois meses nos princi-

pais hospitais dos Estados Unidos, especializados no tratamento da doença, cujo estigma é mais um alvo das atenções médicas.

Acostumado com a rotina do Hospital Gizelda Trigueiro em Natal, Marinho, 37 anos, afirma haver recebido uma lição de cuidado da saúde pelo Estado. “Lá não existe economia nos serviços médicos e o profissional não precisa estar se desdobrando em dois, três empregos para garantir o sustento”, suspira, ele, que trabalha em dois lugares em Natal.

Dentro desta óptica, o infectologista enxerga apenas uma saída a fim de evitar o alastramento da síndrome no Estado — 50 casos foram registrados até o ano passado com 35 mortes. “É preciso colocar o combate à Aids no calendário escolar, desde o primário até a Universidade. O Brasil não dispõe de recursos financeiros para importar as drogas que fazem parte do tratamento da doença. Assim é necessário se investir na educação, prevenir. Estou disposto a colaborar com palestras e até mesmo na elaboração de um planejamento dos estudos”, diz Marinho, que espera um encontro com o secretário da Educação, Luiz Eduardo Carneiro Costa. “Lamento que não houve tanto interesse pela minha experiência na Secretaria de Saúde, que sequer tomou conhecimento da minha viagem”, completa o médico.

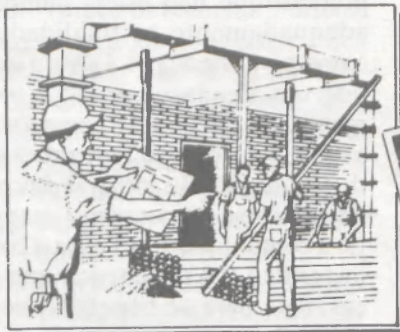
A urgência é ponto decisivo. “É preciso conversarmos logo sobre isso. A Aids está crescendo e teríamos de preparar os professores”, alerta.

Seus argumentos ganham reforço nos altos custos para a importação da AZT, a droga que prolonga a vida do aidético. Segundo Marinho, o medicamento, comprovadamente eficaz, custa NCz\$ 500,00 por dia. “Não é todo mundo que pode comprar. No Gizelda, todos sabem, nós não temos condições de receber a droga”, lembra, revelando que o DDI, nova droga descoberta por cientistas americanos, vem sendo testada e usada em doses paralelas com o AZT.

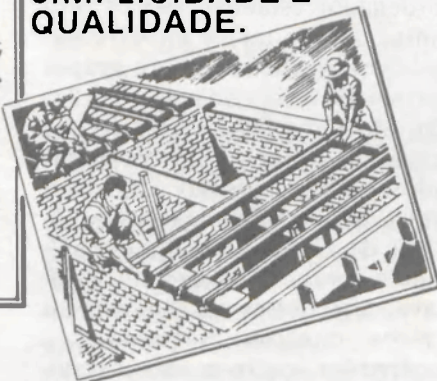
Na primeira parte do estágio, ele conheceu o Centers For Disease Control (Centro de Controle de Doenças), de Atlanta, na Geórgia, onde é feito o acompanhamento da evolução das doenças infecciosas em todo o mundo ocidental. “É o centro nervoso da Aids”, define.

A segunda etapa foi desenvolvida

LAJES VOLTERRANA



ECONOMIA,
SIMPLICIDADE E
QUALIDADE.



Com Lajes Volterrana você ganha tempo e dinheiro na sua construção. E tem a garantia de uma qualidade mundialmente reconhecida. A SACI fabrica o produto e ensina, orienta e se responsabiliza em tudo sobre as Lajes Volterrana. E ainda lhe oferece muitos outros pré-moldados de cimento, para facilitar a sua construção.



R. GURGEL LTDA.

Rua Pte. Bandeira, 828 — Tels.: 223-3626/3627/3628
Av. Rio Branco, 204 — Ribeira
NATAL-RN

no Estado do Maine, considerado em intercâmbio firmado desde o governo do monsenhor Walfredo Gurgel há 19 anos, o Estado irmão do Rio Grande do Norte. Foram 35 dias em Portland, cidade turística mas nem por isso esquecida pelo rigor do vírus da Aids.

Luiz Alberto Marinho acompanhou o trabalho em hospitais estaduais, particulares e clínicas. O período final constou de um estágio no Centro Nacional de Doenças, em Washington, no qual a atuação é centralizada nas pesquisas da vacina.

O conhecimento adquirido nos livros deixou a teoria e sinalizou a prática. "Não vimos grandes novidades pois as técnicas nós conhecemos na literatura. Só não podemos aplicá-las no Brasil porque não existe estrutura", observa.

DISCRIMINAÇÃO — "O Brasil não priorizou a Saúde. A tomografia computadorizada, comum nos Estados Unidos é um sonho para quem trabalha em serviço público", sintetiza.

O perfil do doente americano muda em relação ao brasileiro apenas quando o assunto é educação. "Os doentes são pessoas em grande parte alfabetizadas e profissionais. No entanto, permanecem no contexto dos chamados grupos de risco, em sua maioria homo ou bissexuais", conta Marinho.

A solidariedade entre homossexuais é uma terapia em utilização constante nos Estados Unidos. "Eles se ajudam mutuamente e aqueles que não têm condições financeiras de custear o tratamento são auxiliados pelos outros. Já os toxicômanos apresentam característica diferente, dificultando a obtenção do diagnóstico porque se escondem, são arredios, já que a droga é proibida. Os homossexuais tem até representantes no Senado, que exigem do governo atenção especial ao seu grupo", emenda.

A discriminação, um trauma crescente no Brasil, diminuiu nos Estados Unidos. "O americano possui hoje uma maior consciência sobre o problema, principalmente pelos programas de educação e prevenção desenvolvidos pelo governo, cada vez mais preocupado com a epidemia que se alastra", afirma Luiz Alberto.

Resignado com a volta à realidade local, o infectologista elogia o enfoque globalizado da doença nos Esta-



Luiz Alberto: priorizar a educação

dos Unidos. "A Aids é discutida em todas as áreas, nas especialidades diversas. Eu, por exemplo, proferi palestra para estudantes de Sociologia e Educação Física, que se mostraram bastante interessados em conhecer os detalhes da Aids. Aqui não há nada parecido", critica.

Marinho cultiva agora a teoria de que saúde não tem tendência política. "Seja o país socialista ou capitalista, a saúde, assim como a educação, precisa ser priorizada. Cuba e Estados Unidos, em lados opostos, apresentam estruturas quase perfeitas no tratamento da Aids e de outras doenças", assevera.

Os professores americanos, garante Marinho, conservaram o respeito pelos brasileiros e demonstraram indignação com o quadro de saúde do "país da Amazônia", como eles próprios adjetivaram. "O tratamento conosco foi excelente. Eles respeitam qualquer profissional, independentemente da sua nacionalidade. O que não conseguiram entender foi como o Brasil, um país de dimensões tão grandes, esqueça a saúde e viva mergulhado na inflação".

Mantendo a confiança nos profissionais da terra, Luiz Alberto confessa que o tratamento dado ao doente no Gizelda Trigueiro é "regular, até mesmo bom, diante da falta de estrutura material". Da peregrinação pela modernidade americana, Marinho guardou um misto de satisfação e revolta.

"A chance que eu tive é rara. Trouxe satisfação, ofereceu oportunidade de conhecer um modelo de sistema de saúde. Mas é impossível fugir à frustração ao retornar e saber que não poderemos utilizar na prática o que conhecemos. Deu vontade de ficar", confessa.

Uma esperança é o avanço das pesquisas. "Os estudos evoluem e a década de 90 certamente trará a vacina contra a Aids. Espero que nós, do Rio Grande do Norte, possamos acompanhar um dia esta escada", sonha o infectologista. □

TURISMO

Mar, dunas e exploração

Em nome das nossas belezas naturais, os empresários confundem a exploração do turismo, nossa segunda maior fonte de renda, com a exploração dos turistas que aqui chegam

É verão. A cidade esbanja brilho e beleza, atraindo turistas de todas as partes do país e do mundo, que exploram cada quilômetro quadrado da sua pequena extensão. A cada novo dia eles chegam, em grupos ou individualmente, em busca de sol, mar e ar puro, sem sequer saber se a provinciana Natal tem estrutura para atender, a contento, a tantos visitantes. Estando aqui, não importa se a hospedagem é feita em hotel, pousada, casa de parentes ou amigos. A ordem é desfrutar das maravilhas do nosso extenso litoral, percorrendo praias, es-

corregando suavemente sobre as dunas ou ainda se banhando em lagoas, que são verdadeiros oásis.

Tem sido assim todos os anos. Na alta estação a cidade entra numa euforia que mexe desde o empresário hoteleiro até o sorveteiro, que atua nas praias. A chegada dos turistas esquentam ainda mais o clima e os preços sobem assustadoramente. A cidade fica extremamente cara e paga quem é nativo e quem está visitando. A concepção de explorar o turismo é rapidamente substituída pela infeliz idéia de explorar o turista. A falta de opções faz com que o turista pa-

gue caro por um serviço que, na maioria das vezes, não corresponde ao seu real valor.

FARRA TURÍSTICA — Até parece que todo mundo quer ganhar em três meses o que não conseguiu lucrar durante o ano. Para o turista tudo é novidade e pitoresco, sem muitas vezes se importar com o preço que está pagando pelas delícias da nossa terra. Mas quem mora aqui tem outra visão da realidade e sabe o quanto é difícil administrar um dos mais baixos salários do país. E o privilégio de participar da farra turística fica restrito a uns poucos. Ao mesmo tempo em que traz benefícios para a cidade, o turista traz junto à bagagem, involuntariamente, uma inflação paralela. Todo mundo quer faturar mais do que o tolerável: os donos de bares e restaurantes, o barraqueiro da praia, o taxista, o sorveteiro, o bugueiro e até o pastorador de carros.

Apesar de tudo há quem acredite que o paraíso é aqui. Certamente desconhece a realidade da maior parte da população que subexiste em bairros periféricos, bem próximos às áreas de interesse turístico, como é o caso de Mãe Luíza. Um verdadeiro paradoxo: de um lado pobreza, miséria e muito lixo; do outro, beleza, luxo e gente bonita. Contrastes à parte, até porque o turista não está interessado no lado feio e triste da cidade. Ele quer, na realidade, trocar a roupa pesada da rotina de trabalho por trajes sumários que vão desde biquines, sungas e cangas de praia, até shorts, camisetas e bermudas.

Entre atônitos e perplexos diante de tanta beleza natural, os turistas se encantam a cada novo recanto da cidade que conhecem. A pele rosada denuncia o exagero no tempo de exposição ao sol dos turistas, ávidos por um bronzeado bonito e dourado. A alegria e o prazer de estarem no paraíso do sol é latente e salta aos olhos. A cozinha regional completa o ciclo de delícias, oferecendo iguarias de sabor inigualável que vão desde a carne de sol com macaxeira, passando pela paçoca com feijão verde, até o mais sofisticado prato de camarão ou lagosta. A nossa cozinha atende ao gosto do mais exigente gastrônomo e outro grande atrativo são as frutas típicas e sucos regionais.

Mesmo tendo sido considerada pela Associação Brasileira dos Exe-



Na orla marítima do Centro, a agitação da noite contagia os turistas...

Conheça o Santana Sport. Um carro para



Qualquer que seja o seu esporte favorito, um bom equipamento pode ajudar bastante. Bem equipado, você já começa com vantagem. E você sabe: competir é importante, mas vencer é muito melhor. E este é o equipamento básico para qualquer modalidade, principalmente para as mais sofisticadas. Santana Sport, uma série especial que a Volkswagen traz para você que gosta de ser fora de série no seu dia-a-dia. Ele tem espelhos retrovisores na cor do veículo, pára-brisa degradê, rodas esportivas, faróis de neblina, logotipo "Sport" na traseira, pára-brisa degradê, rodas esportivas, filete vermelho nos pára-choques e nos frisos laterais, lanternas traseiras em fumê e três cores muito esportivas: Preto Clássico, Branco Star e Vermelho Daytona. Tudo isso para que você comprove o seu favoritismo. E dentro dele você tem todo o conforto que precisa para descansar depois da vitória: bancos Recaro Ipanema



... com tanta beleza A paulista Roseli nos agitos da noite natalense

cutivos de Marketing e Turismo (Abemtur), como o melhor destino turístico interno em 1989, Natal se ressenete de uma infra-estrutura capaz de atender satisfatoriamente a demanda que cresce a cada ano. A rede hoteleira, que se constitui no primeiro elo da cadeia que monta a infra-estrutura de um pólo turístico, é pequena e já não atende a procura na alta estação. As alternativas para turistas menos exigentes são as pousadas, um tipo de hospedagem mais barato e igualmente aconchegante.

PAISAGEM SINGULAR —

Na Via Costeira se concentram os hotéis mais cobiçados de Natal e, por isso, o turista que pretende garantir seu lugar tem que fazer reserva com bastante antecedência. A propósito, até o final de fevereiro não há sequer um apartamento disponível nos hotéis da Costeira. Nem mesmo num dos maiores daquela área, o Vila do Mar, que conta com 500 leitos distribuídos em 210 apartamentos. O três estrelas "Natal Mar Hotel" também está com sua ocupação (149 leitos) esgotada até depois do carnaval e não se tem notícias de desistências. "Se chegar alguém aqui, direto no balcão, não temos condições de oferecer uma só vaga", avisa a recepcionista do Natal Mar Hotel, Joana D'arc Fernandes de Jesus, garantindo que até o carnaval o hotel está com reservas efetuadas.

Com preços que variam de 1.500 a 6 mil cruzados novos por diária, os hotéis da Via Costeira têm tudo para agradar ao turista mais exigente: piscinas, saunas, restaurantes, salões de jogos, quadra de tênis, locadora, lojas de artesanato e piano bar. Além disso, o visitante tem o privilégio de contemplar uma das vistas mais encantadoras da cidade. São cerca de 12 quilômetros de praia que tem como pano de fundo as dunas e céu azul. De lá é possível se visualizar a Praia de Ponta Negra com seu Morro do Careca, de onde se descortina uma paisagem singular.

Sem o devido apoio oficial, os empresários do turismo vivem constantemente desenvolvendo o que o ex-secretário da Indústria, Comércio e Turismo, José Bezerra Marinho, denominou de tecnologia da escassez, para fazer com que o turista permaneça aqui por mais de uma semana, tempo suficiente para conhecer a cidade inteira. Os hoteleiros queixam-

em gosta de competir, mas prefere vencer.



Este veículo está em conformidade com o PROCONVE

com logotipo "Sport", comando elétrico dos vidros e dos espelhos retrovisores externos, direção hidráulica e, opcionalmente, ar condicionado. Para completar essa esportividade, o motor AP 2000 e câmbio de 5 marchas. A potência, o torque que o desempenho que você precisa para chegar sempre em primeiro. Venha até este Concessionário e conheça este campeão. Santana Sport.



Marpas

Av. Tavares de Lira, 159 — Ribeira



Os bares mais badalados ficam repletos de turistas

se da falta de equipamentos turísticos na Via Costeira, onde existe um grande fluxo de turistas. Comparada a outras cidades turísticas, Natal é vista como cidade pacata e até um refúgio de paz, mas necessita de um policiamento ostensivo, sobretudo nas áreas de interesse turístico.

Para esta alta estação, que começou em dezembro e vai até fevereiro, estão sendo esperados cerca de 400 mil turistas em Natal, conforme estimativa da Empresa de Promoções Turísticas do Rio Grande do Norte (Emprotur). A maior parte vem de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Fortaleza e Minas Gerais. No caso do turismo internacional, os maiores pólos emissores são Estados Unidos, Itália, França, Alemanha e Argentina.

A grande sensação do turismo local fica por conta dos passeios de buggy pelo litoral. No norte, o mais famoso é o passeio sobre as dunas da praia de Genipabu, onde o turista vive momentos de aventura, num misto de medo e emoção ao deslizar sobre a areia branca. No litoral sul o espetáculo é comandado pela beleza das praias de Cotovelo, Pirangi e Búzios e lugares inesquecíveis que compõem o cenário de cor e beleza. No caminho, uma parada para um mergulho em águas cristalinas é algo irresistível. Além da paisagem esplendorosa, o turista tem de quebra um visual bastante aprazível proporcionado por belas mulheres de pele bronzeada e trajes sumários.

As noites do verão natalense têm

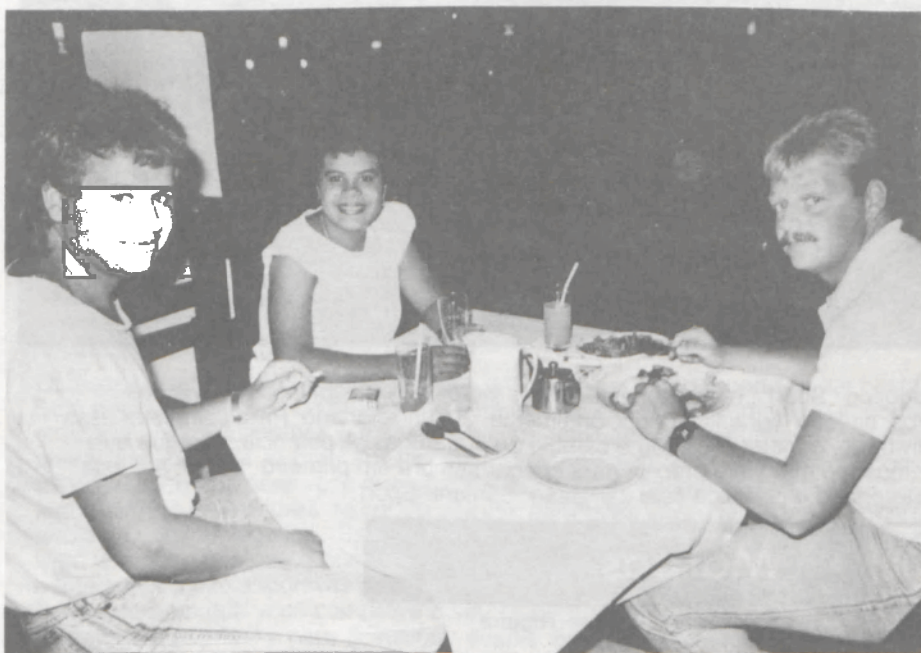
um clima todo especial. As praias da orla marítima do centro ficam repletas de jovens em busca de distração e alegria. E o turista não poderia ficar de fora desta festa noturna. A animação está por toda a parte e nos barzinhos o bate-papo é entrecortado por goles de cervejas, refrigerantes e chopp gelados, as bebidas mais consumidas na época do verão. Em cada rosto um sorriso ressalta um clima alegre e descontraído. Era assim que estava a pernambucana Sandra Gomes de Araújo 21 anos, acompanhada dos austríacos Andreas e Hans Peter. “Já estive aqui outras vezes e acho a cidade muito

simpática, mas só para passear porque acho muito pequena”, disse Sandra, garantindo que os preços dos bares e restaurantes estão dentro da realidade.

Já a paulista Rosali Amabili considerou os preços de bebidas e refeições “salgados”. Bem acomodada no Hotel Vila do Mar, como ela fez questão de frisar, Rosali saiu de São Paulo acompanhada do filho menor, da mãe Linda Amabili e da amiga Lígia Gomes, para desvendar as maravilhas da cidade do sol. Decoradora, Rosali mostra sua sensibilidade quando fala das belezas naturais da praia de Genipabu. No entanto, o seu deslumbramento não foi suficiente para que ela deixasse de notar a sujeira que já compromete o visual daquela praia. “Turismo é bom, mas estraga a cidade”, sintetizou numa tentativa de justificar tal desleixo.

“Aqui tem coisas de muito bom gosto”, disse Linda Amabili, referindo-se ao nosso artesanato. “Mas o que há de melhor é a lambada”, rebateu a amiga Lígia, lembrando a noitada na Casa Noturna “Mandacarú”, na Estrada de Pirangi, Zona Sul da cidade. Quanto ao estado de conservação da cidade as paulistas são unânimes em dizer que é bastante limpa. “O prefeito daqui é melhor do que a Erundina”, compara Linda. Atestando que o natalense é muito acolhedor, Rosali garantiu que pretende voltar um dia. “Se as condições financeiras forem favoráveis”, condiciona.

PREÇOS ALTOS — Na orla



Os austríacos Andreas e Peter desfrutam das nossas maravilhas

marítima tem programa para todos os gostos. De bares e restaurantes sofisticados até simples barracas na beira-mar. Este ano a grande novidade é o Centro Municipal de Artesanato, na Praia dos Artistas, com boxes onde são comercializados artesanatos regionais: chapéus, roupas, bolsas e peças decorativas, entre outras. Há também um palco onde são apresentados shows folclóricos, e onde também o turista faz parte do show arriscando alguns passos de lambada e forró, ao som de um grupo musical da terra.

Além das boates e "dancing nights", a cidade conta com casas noturnas pitorescas como o Zás-Trás, o Mandacaru e o Forró do Turista, no Centro de Turismo, onde pagando NCz\$ 70,00 por um ingresso, o turista se diverte dançando lambada e forró. Sem contar com o Circo da Folia, armado em Pirangi do Sul, onde são apresentados, semanalmente, shows com artistas nacionais. Mas para quem pretende apenas se limitar a um bate-papo de mesa de bar, a melhor opção são os bares da orla. Era num desses bares que agitava o estudante universitário Murilo de Oliveira, 20 anos, que deixou a agitação do dia-a-dia de São Paulo pela tranquilidade da pequena Natal.

Estando aqui pela primeira vez, Murilo descreve as maravilhas do litoral sul com muito entusiasmo. O paulista diz que os preços estão altos, mas garante que quem vem já sabe que vai pagar caro. "É preço para turista e o pessoal quer tirar o que não ganha no ano inteiro",

ironiza Murilo, que acredita estar barato para o turista estrangeiro. Quanto às mulheres natalenses ele comentou: "Aqui tem muita mulher bonita, mas fica difícil saber quem é daqui e quem não é".

Paralelo à agitação que toma conta do calçadão da orla marítima, forma-se um comércio de camelôs na Praia dos Artistas, que comercializam bijouterias, pulseiras, anéis, broches, brincos e colares, feitos artesanalmente. Atraídos pelo forte apelo dos vendedores ambulantes, os paulistas Adair e Lourdes Palaci compravam algumas lembranças para levar para amigos e parentes. "Os preços daqui estão bem razoáveis", disse Lourdes, que diz ter se surpreendido com tanta hospitalidade do povo natalense. Segundo o casal paulista, os preços de comida e bebidas estão muito bons. "Estamos aproveitando para comer bastante lagosta e camarão, porque aqui é bem mais barato do que em São Paulo", comentaram.

Mas não é desta forma que pensa a carioca Andréa Paracat de Carvalho, 20 anos, estudante de Comunicação Visual da PUC/RJ, que tem freqüentado bares, boates e restaurantes. "Na semana passada pagamos 500 cruzados novos por pessoa num jantar", queixou-se, garantindo que não pediu bebida importada. Visitando a cidade pela segunda vez, ela garante que pretende retornar à cidade do sol. "Natal é uma cidade super direitinha e pretendo voltar mais vezes", elogia Andréa, que está hospedada em casa de amigos (*Alberto Coutinho*). □

CASCUDO

Leitura plástica do mito

Leitor de Cascudo desde a infância vivida em Areia Branca, o artista plástico José Orlando está preparando tese de mestrado sobre o trabalho do mestre nas artes plásticas

Fazer uma leitura plástica da obra do folclorista Luís da Câmara Cascudo. Este é o projeto que está na base de todo o trabalho acadêmico e artístico do norte-rio-grandense José Orlando de Oliveira, 33 anos, conluente do Mestrado de Artes Plásticas da Universidade de São Paulo (USP). O título da tese que defenderá no final do ano já expressa seu universo de

trabalho: "Câmara Cascudo, mito e realidade em artes plásticas".

Parte desse trabalho pode ser apreciado até o final deste mês na galeria do Novotel Ladeira do Sol, onde José Orlando está expondo sua mostra "Iconografia mítica", composta de 15 telas abordando temas recolhidos pelo paciente trabalho de pesquisa elaborado por Câmara Cascudo em diversas obras, dentre as

**CORREIAS E
MANGUEIRAS
GOODYEAR**

Chapas de aço,
aços especiais,
tubos de aço,
conexões de
aço, válvulas
de aço e
bronze,
alambrados e a
mais
diversificada
linha de
produtos para
manutenção e
montagem
industrial!



AV. RIO BRANCO, 185 - TEL.: (084) 221-4141
- TELEX: 84-2254 - NATAL-RN - RUA A - QUADRA G - LOTES 2 E 3 - PORTO SECO - PIRAJÁ
- TEL.: (071) 246-3111 - TELEX: 71-3459 - SALVADOR-BA - AV. IMPERADOR, 91 - CENTRO
- TEL.: (085) 231-1213 - FORTALEZA-CE - AV. RECIFE, 2305 - IPSEP - TEL.: (081) 339-4969
- TELEX: 81-1581 - RECIFE-PE

quais destaca "Lendas Brasileiras", "Geografia dos Mitos Brasileiros" e "Contos Tradicionais do Brasil".

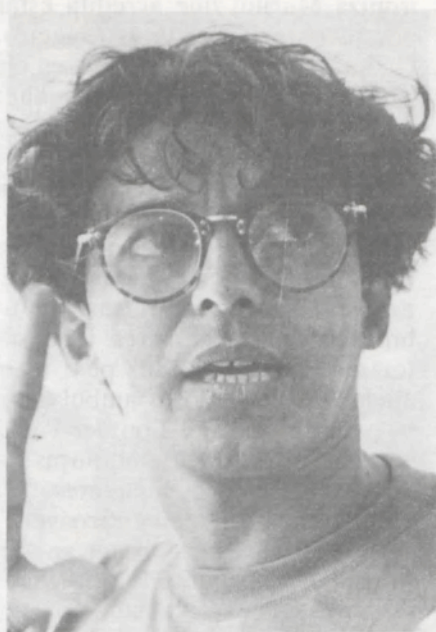
Mas para José Orlando o contato com a obra de Cascudo não é algo acidental. Pelo contrário, é uma experiência de intensa comunhão com o mundo da infância vivida no município de Areia Branca, onde travou o primeiro contato com aquelas histórias míticas que lia, mais tarde, sob a forma mais elaborada, pelo mestre do folclore norte-rio-grandense.

Dada a seriedade das lendas e mitos recolhidos por Cascudo, José Orlando decidiu que, num primeiro momento, selecionaria, a título de metodologia, aqueles temas mais ligados à Região Nordeste. Foi assim que separou alguns mitos: alma do gato, mito infantil do RN; a cachorra da palmeira (Alagoas); o cabeça-de-cuia (Piauí); a sereia mãe d'água (de origem africana, uma exceção) e a cobra boiúna (Amazonas). Estes são os principais motivos representados nas telas de José Orlando, e que estão à mostra do público no Novotel.

PERFORMANCE — Adepto da arte performática, José Orlando preparou uma "happening" na estrea de sua mostra, dia 19 passado. Esse "happening foi constituído de uma instalação em forma de estandarte, nas dimensões de 2,5m por 1,5m, reproduzindo a deusa iemanjá saindo da água. A deusa foi parodiada pela atriz natalense Heloísa Oliveira, que narra o texto de Cascudo acerca de rainha do mar, tendo ao fundo a música de Jean-Michel Jarre.

O recurso à dança, à música e à pintura é explicado por José Orlando como uma reconstituição "plástica" do caminho dos mitos percorridos por Cascudo, a fim de que eles não se percam de vista, mas sejam reaproximados do povo que lhes deu vida, com sua imaginação e criatividade. Orlando não aceita que a televisão adote uma política contrária às tradições populares, sacrificando-as em nome de mitos transpostos do estrangeiro e, portanto, estranhos à nossa cultura. Seu trabalho serve como um veículo de reatualização dos mitos brasileiros, visando preservá-los da extinção a que os condenam os meios de comunicação de massas.

Mas a conclusão do Mestrado, prevista para o final do ano, na USP, não representará o fim da pesquisa de Orlando sobre a obra cascudiana.



José Orlando: mito e realidade

Desde já, ele adianta o projeto de cursar um Doutorado em Artes Plásticas no exterior, que lhe permita refazer o percurso de Cascudo na África, onde a maior parte dos mitos brasileiros tiveram origem: "Cascudo é um projeto para uma vida inteira", diz Orlando.

Outro projeto, mais a médio prazo, que ele manifesta intenção de realizar está ligado à divulgação do artista natalense no mercado paulista, através da inscrição de artistas em instituições culturais de São Paulo.



Helisa: modelo e atriz natalense

Familiarizado com diversas fundações paulistas onde já inscreveu seus próprios trabalhos, Orlando espera poder levar cópias de trabalhos de artistas natalenses para São Paulo. Para isso, já manteve contatos preliminares com alguns artistas — Novevil, Francisco Vitoriano, Gilson Nascimento — e antes de embarcar de volta para São Paulo, na primeira quinzena de fevereiro próximo, espera levar um amplo acervo da arte norte-rio-grandense moderna, para exibí-la na Paulicéia (*Nelson Patriota*). □

EDUCAÇÃO

O ensino em decomposição

Por mais que a Constituição Federal diga que a educação é um direito de todo cidadão, o governo nada faz para facilitar o acesso à escola e melhorar o nível do ensino

A década de 90 começa e flagra o País padecendo dos mesmos problemas sociais com os quais a população se digladiou nos anos 80. Na área da educação, então, os dados são alarmantes e o Rio Grande do Norte, como um dos melhores representantes do caos que vive o Brasil, com 2,3 milhões de habitantes, conta com uma população de 1 milhão 955 mil 024 acima de 5 anos de idade analfabeta, ou seja, 42,7%, conforme projeção feita pelo IBGE para 1990. Além disso, os índices de evasão e repetência preocupam al-

guns educadores. As escolas, precárias e insuficientes; os professores são despreparados e mal remunerados e por isso as greves explodem a cada tentativa de negociação com o governo, deixando o aluno fora da sala de aula durante grande parte do ano letivo; as verbas para a educação são minguidadas e atrasadas. Isso tudo resulta na falta de credibilidade da escola pública e numa verdadeira corrida da classe média, mesmo sacrificada financeiramente, para a escola privada.

A grita é geral. Dos estudantes,

dos professores e até das autoridades da área da educação. As causas convergem para um só ponto: não existe uma vontade política de mudar esse quadro. Ou seja, interessa ao poder a continuidade desse estado de coisa. Um povo sem instrução é mais fácil de manipular.

Mesmo considerando que a educação realmente está enfrentando uma crise muito séria, reflexo da própria crise conjuntural que afeta o País, Luiz Eduardo Carneiro, secretário de Estado da Educação e Cultura, afirma que "o atual modelo educacional do Brasil, excessivamente centralizador, determinou esta realidade aos Estados. Consequência de uma política educacional errada, que veio de cima para baixo. De repente determinou-se que a democratização da escola somente seria representada pela expansão da rede física e o Governo Federal estimulou, através de programas específicos, a construção de escolas. Basta dizer que entre 70 e 85, a rede escolar brasileira cresceu 225%, ao mesmo tempo não assegurava recursos compatíveis para acompanhar esse ritmo de crescimento".

Com esse modelo, os Estados são punidos severamente, frisou o titular da SEC-RN, que cita o exemplo da Cota Estadual do Salário Educação, cujos recursos, gerados nos Estados, vão para Brasília e depois retornam ao Estado bastante defasados, dois ou três meses depois. A Cota Federal, por sua vez, que deveria ser transferida aos Estados a partir do mês de fevereiro, portanto antes do início do ano letivo, também chega atrasada. No ano de 89, por exemplo, esses recursos foram transferidos com um atraso de dez meses. Os recursos referentes ao PTA (Plano de Trabalho Anual) foram enviados aos Estados em dezembro e ainda com corte.

A falta de verbas, portanto, é um dos grandes entraves para a educação, conforme deixou claro Luiz Eduardo Carneiro, que acredita que 1990 será um ano decisivo para a educação, quando se espera que seja aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo avanços importantes. A preocupação, no entanto, é que esses avanços novamente não sejam correspondidos na mesma proporção à disponibilidade de meios financeiros. "O importante não são somente as diretrizes, mas as bases. Definir o que fazer e como fazer".

A secretária de Educação do Município de Natal, professora Rosário da Silva Cabral, é contundente quando diz que o problema da educação do Brasil não se resolve com projetos especiais e ela se reporta ao Ano Internacional da Alfabetização (instituído para este ano de 90) para dizer que "não estamos vendo nenhuma medida do Estado brasileiro para melhorar essa questão. Existe a indústria do analfabetismo, como a indústria da seca, por exemplo. Há interesse da classe política em reproduzir esse analfabetismo", denuncia Rosário Cabral.

EVASÃO E REPETÊNCIA —

Problema comum ao Estado e aos municípios, em especial em Natal, onde se transformou em problema crônico. Segundo Rosário, a raiz dessa situação está nas condições de vida da população brasileira, que transita da pobreza à miséria, exatamente a maioria da clientela da escola pública. Os dados de repetência, em Natal, são considerados altíssimos e assustadores: dos 22 mil alunos atendidos em 88, quase 50% repetiram, especialmente nas cinco primeiras séries do 1º grau. Os dados da 1ª, 2ª e 5ª séries são mais graves, reconhece a secretária.

No Estado o problema se repete e Luiz Eduardo também vê na conjuntura sócio-econômico-cultural as causas de tal problema. Os índices apontados por ele, no entanto, são menores: a evasão chegou a 22,14% segundo as últimas estatísticas feitas pela própria Secretaria de Educação, e a repetência 31,42%. O aluno da escola pública, que em tese é originário, em sua maioria, de família de baixa renda, em decorrência disso não dispõe de livros, é sub-alimentado, tem dificuldades de acompanhamento de sua educação pela família e é sempre convocado a antecipar o seu ingresso no mercado de trabalho, com o objetivo de aumentar a renda familiar. "Além disso, ele ingressa na escola, que apesar de toda luta que se tem, não corrige esses desvios de rota", frisa Luiz Eduardo. A merenda escolar, por sua vez, continua a ser um atrativo para esses alunos, apesar de problemas de falta e atrasos constantes.

O ensino de má qualidade é o outro vilão da questão educacional. Rosário Cabral lembra isso e afirma que a escola não reconhece as peculiaridades da criança que frequenta a escola pública. Ela desenvolve

conteúdos curriculares desvinculados do contexto sócio-cultural da criança e essa discrepância é uma forma de expulsão do aluno (traduzida por evasão pelos educadores em geral).

Luiz Eduardo também reconhece esse fato e diz que nunca se deu prioridade à fase mais importante da educação, que é a alfabetização e as séries iniciais do 1º grau. "Há provas estatísticas de que, quando o aluno consegue superar essas séries críticas, mais facilmente ele ultrapassa os outros níveis de ensino". Para exemplificar a falta de prioridade desse ensino, o secretário de Educação cita o fato de que no orçamento de 89 a União não dispôs de um centavo específico para a política da educação pré-escolar.

A péssima qualidade de ensino também envolve outras questões, como a falta de capacitação de recursos humanos, má remuneração, entre outros itens de igual peso. Sem dúvida nenhuma a questão salarial repercute nessa qualidade, diz Luiz Eduardo, mas faz questão de frisar também que há um esforço muito grande para desenvolver programas educacionais, com o objetivo de resgatar a escola pública.

O fato é que as três mil novas vagas que o Estado está oferecendo para este ano letivo de 90 são irrisórias para o déficit do Rio Grande do Norte que chega a 80 mil, na faixa de 7 a 14 anos, embora seja o menor déficit do Nordeste, segundo Luiz Eduardo. "Mas isso não é honroso", reconhece. Em Natal esse déficit chega a 11.446 vagas, cerca de 20% da população escolarável, informa Rosário Cabral, reconhecendo que o atendimento do município é muito restrito.

Por sua vez, o ensino de segundo grau está praticamente abandonado. Está espremido entre o 1º grau e a Universidade, que tem mais prioridade, afirma o estudante Eduardo Vasconcelos, integrante do movimento estudantil e aluno do 3º ano de Patologia do Winston Churchill. Ele critica duramente a qualidade de ensino, na sua opinião, sofrendo um retrocesso.

"A cada dia que passa o ensino se torna mais alienante, menos preparatório, enfim, não bate com a realidade dos estudantes secundaristas". Segundo Eduardo Vasconcelos, o que falta é a boa vontade dos órgãos competentes, do governo de uma forma geral. □

Perspectivas e projeções

A produção literária no Rio Grande do Norte teve, no ano que passou, um desempenho apenas sofrível. Na área de ficção só uma obra de contos — “O tempo está dentro de nós”, de Francisco Sobreira, fugiu ao trivial institucionalizado. Para este ano, porém, algo pode mudar para melhor. Há um novo livro em progresso do escritor/jornalista Carlos de Souza, o Carlão, e um trabalho já concluído da escritora Socorro Trindad, cujo título é “O dia público e outros dias”, onde a autora passa a limpo os 29 anos de autoritarismo, inaugurados em março de 64, e cujas sequelas permeiam, vivas, a vida pública do nosso País.

Mas a fraca produção literária norte-riograndense não se deve exclusivamente ao nosso autor. Se alguém se der ao trabalho de pesquisar junto aos escritores — poetas, contistas, ensaístas etc — se surpreenderá com a quantidade de trabalhos inéditos que existem no aguardo de um editor. Perceberá, daí, que falta uma política cultural consistente que dê conta dessa produção.

São muitos os exemplos, alguns particularmente ilustrativos. O escritor Francisco Sobreira é um deles, graças ao papel que ocupa hoje na ficção potiguar. E Sobreira pede que registremos uma denúncia: seu livro “Palavras manchadas de sangue”, duas vezes premiado — a primeira, em 1985, pela Fundação José Augusto, e a segunda em 1986, Prêmio Câmara Cascudo — continua inédito por falta de editor. Lembra Sobreira que caberia à FJA editá-lo, mas



Sobreira: “O tempo está dentro de nós”

até hoje não o fez. O teatrólogo Racine Santos, por sua vez, anda à cata de um editor para suas peças. Já a escritora Socorro Trindad, cansada de esperar pelo apoio oficial da Universidade Federal, foi à luta e resolveu ter sua própria gráfica, garantindo assim a publicação de suas obras. O caso Socorro deve ser visto, porém, como uma exceção.

Ora, todos sabemos dos custos exorbitantes da impressão de um livro. Exigir que o próprio autor assumira-os, é no mínimo uma incoerência. A cultura também é um dever de Estado. Chega de delongas.

João Cabral, aos setenta

Os 70 anos do poeta João Cabral de Melo Neto, ocorrido dia seis último, foi motivo de ampla repercussão na imprensa nacional. O caderno “Letras”, da Folha de S. Paulo, abriu duas páginas para uma longa e minuciosa entrevista com o poeta pernambucano, onde ele pôde emitir opiniões reveladoras a respeito do seu processo de criação, comentar o baixo nível da poesia brasileira de hoje, e confessar-se um “poeta menor” (intimista), em contraste

com poetas “maiores” (sociais) como Drummond, Bandeira e Cecília Meireles. Descrevendo a poesia brasileira sob a metáfora da arquitetura urbana, João Cabral se confessa, modestamente, “um beco”, ao passo de Drummond e Bandeira seriam “avenidas”. A propósito, um dos livros de Cabral — “Agrestes” — foi dedicado a nossa Zila Mamede, uma das raras poetas que abraçou o estilo cabraliano com sucesso. E invocado em recente música de Caetano Veloso — “Outro retrato”, no verso: “Minha música vem da música de um poeta João que não gosta de música”, João Cabral é hoje o maior poeta brasileiro, cuja poesia continua a desafiar as novas gerações, sem encontrar continuadores à altura.

Retrato dos poetas

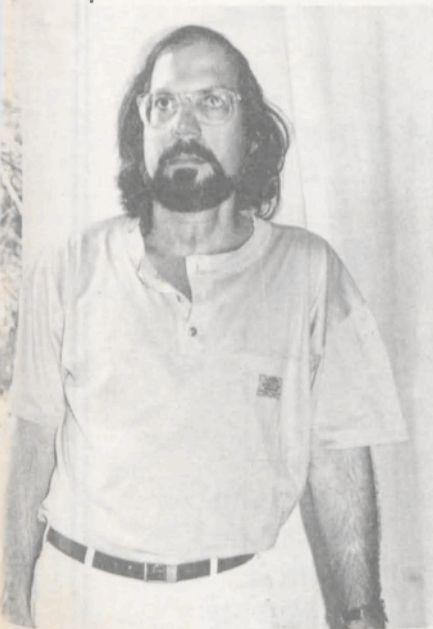
“Natal é a cidade que possui a maior concentração de poetas por metro quadrado”. Frase recém-ouvida do poeta Jarbas Martins, comentando a “inflação” de maus poetas na província.

“A verdade”, um jornal

Aparecer mais um jornal no Rio Grande do Norte não pode ser tomado, propriamente, como um fato novo. Haja vista que não constitui qualquer surpresa para quem lida com a mídia potiguar. Mas um jornal católico, tipo “A Ordem”, que circulou nos anos 60, isto sim, é algo que chama a atenção. E é o que acabou acontecendo neste início de ano. Dia 8 passado foi lançado o

Iconografia mítica

O artista plástico natalense José Orlando expõe até o final deste mês, no Novotel Ladeira do Sol sua mostra “Iconografia mítica”. A exposição trata de mitos nordestinos documentados pelo folclorista Luís da Câmara Cascudo em “Geografia dos mitos brasileiros” e nas “Lendas brasileiras”. José Orlando transporta os mitos para o universo das artes plásticas, dando-lhes forma e cores, sob a perspectiva de sua arte.



Racine Santos

mensário "A verdade", órgão de propriedade da Fundação Padre João Maria, idealizada pelo escritor Ulysses de Góes. A editoria do jornal está a cargo dos jornalistas Otto de Brito Guerra e Racine Santos. A linha editorial, tudo leva a crer, será aquela que foi a marca característica de "A Ordem": um veículo de divulgação dos valores católicos, porém um tanto mais flexível do que o seu antecessor. Afinal, os tempos são bem outros. Ninguém perde em lembrar-se disso.

"Boca do Inferno"

Paralelamente ao sucesso editorial do gênero biografia, floresce no Brasil o romance histórico, cujo melhor exemplo é o livro "Boca do Inferno", da escritora cearense Ana Miranda. Alcuha do poeta Gregório de Matos, "Boca do Inferno" não é, entretanto, uma biografia do poeta "maldito", conhecido pela sua sátira cáustica e demolidora. Trata-se,



Cadengue quer dinamizar a Rádio Poti

muito mais, de um romance historiado da cidade de Salvador no final do século XVII. A trama se centraliza na feroz luta pelo poder que opôs o governador Antônio de Souza Menezes, o terrível Braço de Prata, à facção liderada por Bernardo Vieira Ravasco, da qual faziam parte o padre Antônio Vieira e o próprio Gregório de Matos.

"Boca do Inferno" está entre as obras mais discutidas e polêmicas lançadas no Brasil no ano passado e consagrou rapidamente sua autora. Seu estilo "licencioso", aproxima-o bastante de "As peijas de Ojuara", de nosso Ney Leandro de Castro. Mas o forte do li-

vro é a construção de uma trama cinematográfica, vertiginosa, da qual o leitor dificilmente conseguirá deslindar-se. No final, só resta constatar, com satisfação, que a literatura brasileira está mais rica: ganhou uma escritora.

Mudanças na mídia

Mudanças no jornalismo radiofônico do Estado, neste começo de ano. O jornalista Rogério Cadengue assumiu a direção da Rádio Poti, prometendo dinamizá-la e fazê-la reviver os "bons tempos da Poti". Jorna-

lista de carreira, Cadengue tem tudo para dinamizar a emissora dos Associados, tornando-a mais competitiva.

Mudanças também no "Jornal de Natal". O jornalista Ailton Medeiros deixou a editoria do Segundo Caderno desse semanário. Os comentários de que o jornalista Carlos de Souza, o Carlão, substituiria Medeiros, não se confirmaram. Os motivos da desistência de Carlão foi a proposta salarial. Segundo se comenta nas rodas jornalísticas, a proposta foi considerada entre "aviltante e ridícula".



Chico Buarque

Chico vê Cascudo

Câmara Cascudo está justamente homenageado no novo disco de Chico Buarque de Holanda. A música "A permuta dos santos" reproduz, como epígrafe, trecho do Dicionário do Folclore Brasileiro, onde Cascudo descreve a maneira como os católicos costumavam "forçar" os santos a realizar milagres: contrariando-os, separando-os de sua igreja. □

Nelson Patriota

Livros a quilo

O "Sebo Vermelho", de Abimael Moraes, encontrou uma fórmula ousada de desencahar o estoque velho e abrir espaço para a renovação do negócio: vender livro no peso. A fórmula é ideal para quem quer dar início a uma "biblioteca", sem atentar para os critérios de qualidade das obras. A par disso, o "Sebo Vermelho" mantém sua oferta de discos e livros a preços de mercado, o mesmo vale para os similares da praça.

SEGURA
O
BICHO. /
MAILSON!

CALMA, A
INFLAÇÃO
ESTA
SOB
CONTROLE!



Eduard
90.

As melhores impressões vão passar por aqui.

O RN/Econômico não é apenas o mais bem equipado parque gráfico do Estado

É também o mais veloz. Se você duvida, faça um teste: ligue para 222-4722 e diga qual é o seu problema.

A partir daí, toda uma equipe fica à disposição de sua empresa. Para serviços de off-set, policromia, tipografia, fotocomposição, fotolito, plastificação, composição de livros, jornais e revistas, impressão de notas fiscais, duplicatas, faturas e promissórias.

Vamos, telefone. Sua empresa vai ter uma excelente impressão do nosso parque gráfico.



RN/ECONÔMICO
■ *Serviços gráficos de qualidade*

222-4722

**MELHORE
A QUALIDADE
DO AR.**



**Aproveite a Campanha
do Meio Ambiente para
regular o motor e
trocar as velas**

Vamos participar juntos dessa grande campanha de preservação do meio ambiente, combatendo a poluição. Para que este sério problema não fique no ar, a Seridó preparou uma importante promoção para este mês: regulagem simples do motor com 50% de desconto na mão-de-obra nos pagamentos à vista. Como você sabe, motor regulado polui menos e economiza mais. Encare esse problema de frente, passando logo na Seridó.

Você vai sentir que, ao aumentar o desempenho do motor do seu carro, está contribuindo para reduzir a poluição em nossa cidade.



Seridó